

FACULDADES INTEGRADAS “ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”

**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS
DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO IMIGRANTE NA ECONOMIA
AGRÁRIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE MARXISTA ACERCA DA
IMIGRAÇÃO EUROPÉIA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO
SÉCULO XX**

Cleyton Rodrigues dos Santos

Presidente Prudente/SP
2002

FACULDADES INTEGRADAS “ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”

**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS
DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO IMIGRANTE NA ECONOMIA
AGRÁRIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE MARXISTA ACERCA DA
IMIGRAÇÃO EUROPÉIA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO
SÉCULO XX**

Cleyton Rodrigues dos Santos

Monografia apresentada como requisito parcial de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Dr. Alberto Albuquerque Gomes.

Presidente Prudente/SP

Setembro/2002

**A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO IMIGRANTE NA ECONOMIA
AGRÁRIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE MARXISTA ACERCA DA
IMIGRAÇÃO EUROPÉIA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO
SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
como requisito parcial para obtenção do
Grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof. Dr. Alberto Albuquerque Gomes

Prof^a. Ms. Marilena dos Santos Ferreira Castilho

Presidente Prudente, 29 de novembro de 2002

À minha, Deborah.

O trabalho produz coisas boas para os ricos, mas produz a escassez para o trabalhador. Produz palácios, mas choupanas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador.

Karl Marx

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente à Deus, pois sem ele jamais teria alcançado meus objetivos.

À meus pais, à meus irmãos, à Eliane, à minha avó (uma verdadeira guerreira) e à todos os meus familiares e amigos, sem exceções, que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho e que tanto fazem valer a minha vida. Não mencionarei nomes para não criar omissões injustas mesmo que involuntárias.

Peço permissão para fazer aqui uma referência especial ao grande mestre Alberto Albuquerque Gomes, que sem sua orientação, e principalmente, sua dedicação e paciência jamais teria colhido este fruto.

A todos minha imensa gratidão.

RESUMO

No presente trabalho se analisa as relações econômicas e sociais do trabalho imigrante na economia agrária brasileira. Delineia a economia agrária brasileira desde os seus primórdios até a fase de penetração do capitalismo, ou seja, a fase do escravismo indígena, posteriormente o escravismo do negro africano e o imigrante europeu.

Nele se descreve também, a fase da crise de mão-de-obra gerada, principalmente, pela crise do escravismo e a expansão da economia cafeeira, fazendo com que o Brasil tenha na pauta de exportação um produto com demanda no mercado mundial, gerando novamente um crescimento na economia nacional, que antes havia conhecido com o açúcar.

Analisa através do método histórico-dialético, desenvolvido por Marx, a exploração do trabalho do imigrante europeu no sistema de parceria na economia cafeeira.

Utilizou-se a pesquisa secundária para análises dos fatos, que está inserida no campo sociológico e econômico. No presente trabalho se procurou observar, principalmente o processo de exposição do “ser” imigrante à exploração do seu trabalho no sistema de parceria dentro da economia agrária brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Escravidão; Imigração; Açúcar; Cafeicultura; República.

ABSTRACT

The present research to analyzes the economical and social relationships of the immigrant labor in the Brazilian agrarian economy. It delineates the Brazilian agrarian economy from their origins to the phase of penetration of the capitalism, in other words, the phase of the indigenous slavery, later the African black's slavery and the European immigrant.

Also describes, the phase of the crisis of hand of generated labor, mainly, for the crisis of the slavery and the expansion of the coffee economy, doing with that Brazil has in the export line a product with demand in the world market, generating a growth again in the national economy, that before had known with the sugar.

Analyzes through the method historical-dialético, developed by Marx, the exploration of the European immigrant's labor in the partnership system in the coffee economy.

The secondary research was used for you analyze of the facts, in the which is inserted in the sociological and economical field. The present work tried to observe, mainly the exhibition process of the immigrant "being" to the exploration of his labor in the partnership system inside of the Brazilian agrarian economy.

WORDKEYS: Labor; Slavery; Immigration; Sugar; Coffee growing; Republic.

SUMÁRIO

1 -	INTRODUÇÃO.....	10
2 -	UMA SÍNTESE DA ECONOMIA AGRÁRIA BRASILEIRA.....	12
2.1 -	A formação da economia agrária brasileira.....	12
2.2 -	A escravidão no Brasil–Colônia: algumas explicações.....	14
2.3 -	A escravidão negra no Brasil.....	18
3 -	A CULTURA CAFEIEIRA NO BRASIL.....	30
3.1 -	O cenário econômico mundial.....	30
3.2 -	A política e os tributos na economia cafeeira.....	36
3.3 -	A crise da economia cafeeira.....	42
4 -	A INSERÇÃO DO TRABALHO DO IMIGRANTE NA ECONOMIA AGRÁRIA BRASILEIRA.....	44
4.1 -	A transição do trabalho escravo para o trabalho imigrante.....	44
4.2 -	A grande imigração: a imigração em outras províncias.....	45
4.3 -	A corrente imigratória para o Brasil.....	48
4.4 -	Imigrantes para substituir o escravo.....	55
5 -	O TRABALHO IMIGRANTE SOB A ÓTICA MARXISTA.....	62
5.1 -	A exploração do trabalho imigrante à luz do materialismo histórico- dialético.....	62
6 -	CONCLUSÃO.....	67
	BIBLIOGRAFIA.....	69

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO

QUADRO 1 - Regiões em confronto.....	34
--------------------------------------	----

TABELAS

TABELA 1 - Custo da mão-de-obra: uma suposição no Brasil-Colônia.....	17
TABELA 2 - Fluxo de escravos – 1826 à 1830.....	22
TABELA 3 - Fluxo de escravos – 1840 à 1851.....	23
TABELA 4 - Médias anuais de fluxo de escravos – 1801 à 1851.....	23
TABELA 5 - Porcentagem da distribuição da população escrava por regiões e províncias selecionadas no Brasil – 1823 à 1887....	26
TABELA 6 - Entrada de escravos na província do Rio de Janeiro – 1852 à 1859.....	27
TABELA 7 - Média de preços dos escravos – 1835 à 1875.....	28
TABELA 8 - Produção de café exportada.....	31
TABELA 9 - Exportações de café em milhares de sacas de 60kg, por decênios.....	31
TABELA 10 - Exportações brasileiras de café de 1821 à 1890 (em %).....	32
TABELA 11 - Porcentagem da produção brasileira na produção mundial de café.....	33
TABELA 12 - Exportação de café para os EUA (sacas).....	36
TABELA 13 - Declínio do preço do café.....	42
TABELA 14 - Receitas dos impostos do Estado de São Paulo comparada às receitas dos impostos de exportação sobre o café e às despesas com a imigração, 1892-1930.....	52
TABELA 15 - Imigrantes ingressantes em São Paulo – 1887 à 1897.....	54

1. INTRODUÇÃO

Analisar o processo histórico, social e econômico de determinada sociedade e principalmente as suas transformações implica em fazer correlações com fatos e análises feitas anteriormente em espaços e épocas anteriores.

Não foi diferente com o presente trabalho que se apresenta a seguir.

Todo o processo de evolução da sociedade brasileira até meados do século XX, foi alicerçada na economia agrária. Não dá para pensar o início da industrialização brasileira sem a acumulação na economia cafeeira, pois o nascimento/desenvolvimento da primeira deveu-se basicamente ao declínio e a inversão de capitais da segunda.

Assim, no presente trabalho se tem por objetivo analisar o processo de desenvolvimento da economia agrária brasileira, e principalmente, o processo transitório do trabalho escravo para o trabalho assalariado, como também, o impacto deste fenômeno na sociedade e economia nacional e as conseqüentes relações econômicas e sociais que tiveram.

Para se alcançar os objetivos propostos, opta-se pela abordagem do materialismo histórico-dialético que nos permitiu uma análise rigorosa, radical e de conjunto do fenômeno abordado. Tal opção justifica-se porque

(...) as pesquisas baseadas no materialismo histórico-dialético, pelo seu teor crítico, preocupam-se em desvendar as contradições apresentadas pelo real, expressas no conflito de interpretações e interesses, para então propor formas de superação, no sentido de transformar essa realidade resgatando sua dimensão histórica. (GOMES, 2001, p. 76).

O presente trabalho é constituído de quatro unidades: na primeira, se procede a uma breve análise das bases da economia agrária brasileira, com algumas limitações, pois não era o objetivo aprofundar o estudo sobre o assunto (a pretensão era apenas delinear um pano de fundo para analisar o fenômeno proposto, ou seja, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre através da introdução do trabalho do migrante estrangeiro); na segunda se analisa a

economia cafeeira, onde se inicia o processo de escassez de mão-de-obra e a conseqüente migração européia para o Brasil; na terceira, se analisa o processo migratório para o trabalho na lavoura cafeeira no Brasil, suas relações sociais e econômicas e as condições de trabalho subumanas a que foram submetidos dentro do sistema de parceria. Finalmente, na quarta unidade, apoiados no materialismo histórico-dialético, se procede a uma análise da transição do trabalho escravo para o trabalho livre através da introdução do trabalho do migrante estrangeiro na economia agrária brasileira.

2. UMA SÍNTESE DA ECONOMIA AGRÁRIA BRASILEIRA

2.1. A formação da economia agrária brasileira

Na presente unidade se tem por objetivo principal delinear o cenário, o pano de fundo, que se permita compreender a organização estrutural da sociedade brasileira durante o período colonial–escravocrata.

Mesmo antes de começar a história brasileira, Portugal, como todo o resto do continente Europeu, era produto direto do mercantilismo que caracterizava a estrutura econômica dos países da época, configurando-se como um modelo paternalístico estatal de acumulação que funcionava como mecanismo político de defesa de interesses de um grupo mercantil que vivia à sombra de privilégios das cortes.

A partir do exposto, procurou-se demonstrar que ao contrário do que afirmam alguns historiadores, o regime econômico colonial não foi exclusivamente mercantilista, nem tampouco continuidade da história portuguesa nas novas terras da América. Segundo expõe Guimarães (1981, p. 21), ao tentarem transplantar para o Brasil o quadro de fenômenos da sociedade portuguesa, os portugueses não tiveram o sucesso esperado e foram levados a admitir um modelo de desenvolvimento no Brasil que voltava no tempo, ou seja, a colonização, como consequência da expansão comercial marítima e da desagregação do regime feudal europeu, deveria seguir aqui os moldes da velha sociedade que sucumbia na metrópole.

Seguindo o raciocínio de Guimarães (1981, p. 22),

(...) a despeito do importante papel desempenhado pelo capital comercial na colonização de nosso país, ele não pode desfrutar aqui a mesma posição influente, ou mesmo dominante, que havia assumido na metrópole; não conseguiu impor à sociedade colonial as características fundamentais da economia mercantil e teve de submeter-se e amoldar-se à estrutura tipicamente nobiliárquica e ao poder feudal instituídos na América Portuguesa.

Sem dúvida, o capital comercial teve papel importante na colonização do Brasil, porém, não pode colocar-se em posição influente/dominante, tal qual ocorria na metrópole portuguesa. O regime definido no Brasil-Colônia significou um recuo de centenas de anos em relação ao ponto de partida da metrópole. A partir desta hipótese precisa-se levar em consideração a dinâmica da história. O que pode vir a ser fundamental para a sobrevivência de uma determinada classe social em uma determinada época, pode não mais ser em outra. O espaço, e a situação eram outros e, por ventura, segundo Guimarães (1981, p. 23), o processo evolutivo em curso na sociedade portuguesa não continuou no Brasil-Colônia, e a classe senhorial, sendo assim despojada de seus recursos materiais empenham-se em uma regressão da história, sonhando em ver reconstituído o seu passado áureo do feudalismo clássico, reintegrando-se ao domínio latifundiário com vassalos e servos produzindo riquezas e poderio aos senhores.

Nasce, assim, uma sociedade burguesa que se concretiza no Novo Mundo com fortes traços feudais. Não mais aquela burguesia à qual o Estado Nacional servia, com forte controle político da aristocracia feudal. A aliança entre o Estado e a burguesia ocorre naturalmente porque o feudalismo, como se apresentava na Idade Média, era um inimigo comum. No entanto, o crescimento da burguesia à sombra do paternalismo fez com que, segundo Lopez (1991), essa classe acabasse vendo o Estado, anteriormente protetor, como um entrave ao desenvolvimento econômico.

Porém, o mesmo não ocorre na América Portuguesa: Estado e burguesia voltam a estreitar as relações entre si como ocorrera no Velho Mundo. Começa, a partir daí, a construção da história do Brasil. Primeiramente, constitui-se uma estrutura agrária baseada no latifúndio. Os verdadeiros donos das terras, os índios, ou são expulsos, ou são transformados em escravos. Novos rumos tomariam aquelas terras. As terras cobiçadas por posseiros, tiveram a posse legalizada através das sesmarias.

Deu-se início ao monopólio territorial no Brasil. Dividiam-se as preferências da coroa portuguesa com relação às concessões dos domínios territoriais entre, como expõe Guimarães (1981, p. 23), os “homens de qualidades”, estando inserido neste quadro os homens pertencentes à aristocracia decadente, e os “homens de posse”, sendo estes a nova burguesia em ascensão.

O monopólio feudal da terra no Brasil-Colônia cresce vertiginosamente. A regressão e o atraso histórico frente ao regime hegemônico mundial é visivelmente perceptível. Os traços, ou definitivamente, os laços do latifundismo brasileiro com o regime do tipo feudal são concretos, pois, o domínio sobre os meios de produção (estando neles já inserido o trabalhador escravo), as relações diretas com o capital comercial, colocam o Brasil com um pé no mundo capitalista e outro no mundo feudal.

A estrutura agrária latifundiária brasileira mantém também, como não poderia deixar de ser (já que mantém vínculos diretos com o capital), traços pré-capitalistas de produção. Segundo Guimarães (1981, p. 36), as relações extra-econômicas derivam do monopólio feudal da terra e correspondem a um tipo de exploração pré-capitalista que consiste em coagir os trabalhadores a lavrarem a terra que não lhes pertence, por processos primitivos ou rotineiros e mediante uma ínfima participação no produto de seu trabalho.

2.2. A escravidão no Brasil-Colônia: algumas explicações

A escravidão é um fenômeno antigo, ocorrido em todas as sociedades da Antigüidade e, desde seus primórdios, legitimada pelo direito do mais forte. Queiroz (1993, p. 5) comenta que no mundo antigo a escravidão brota lentamente de todo o conjunto da vida material, social e moral e resulta de um processo evolutivo natural, cujas raízes se ligam ao passado, à tradição.

Não reportar-se-á às discussões quanto ao modelo vigente ou quanto ao sistema atribuído no Brasil-Colônia. Como relata Queiroz (1993, p. 6), a escravidão moderna é um fenômeno historicamente novo. Em relação à escravidão clássica apresenta expressivas divergências quanto à origem, funcionamento e significado.

Com a organização do feudalismo na Europa extingui-se esse modo de produção, até então dominante. Surgem os servos das glebas que vinculam-se ao senhor feudal por uma estreita relação de dependência, porém, já não é mais escravo.

Os tributos elevados que oneravam as trocas mercantis, a fragmentação do poder e as disputas pelo poderio entre os senhores feudais provocam um colapso no regime feudal europeu, emergindo na Época Moderna o capitalismo mercantil.

Através desse processo evolutivo e estrutural da sociedade europeia o trabalhador liberta-se da servidão feudal. Tem início então, a divisão social do trabalho: de um lado o proprietário dos meios de produção, ou capital, e de outro o assalariado. O desenvolvimento do trabalho livre na Europa torna-se claro no decorrer da história. O modelo de acumulação capitalista começa a tomar suas primeiras formas. Porém, apesar desse movimento na Europa, o modelo econômico colonial, tal qual experimentou o Brasil em seus primórdios foi totalmente regressivo em relação ao que vinha ocorrendo na Europa. O feudalismo colonial, inicialmente imposto no Brasil, teve de regredir ao escravismo. A mão-de-obra dos servos das glebas (antes escravos, transformados em servos devido à produtividade) não era vista nas Novas Terras. Começa um ciclo que perdura por três séculos. As rodas da história mundial voltam séculos atrás em pleno Novo Mundo. Tem início uma fase histórica em que não só o trabalho escravo é explorado, mas toda a colônia se submete: o novo território caracteriza-se como economia periférica.

A partir de então, o modelo posto em prática coloca a Colônia Portuguesa em uma situação regressiva. O trabalho escravo do negro africano veio como principal alternativa para o aproveitamento das novas terras americanas, inserindo no contexto produtivo um modelo que havia desaparecido na Europa no Século XIV, conforme relata Marx (1984, p. 263) e que durou quase quatro séculos, atrasando, assim, o desenvolvimento do trabalho, segundo o modelo Europeu.

Num primeiro momento, foi utilizada a mão-de-obra escrava indígena. Porém, esta foi dificultada, pois, segundo Rezende Filho (1995, p. 103), o trabalho escravo colonial permitiu uma dupla extração de excedente, contribuindo para maximizar a acumulação primitiva de capital, na medida em que era o mercador metropolitano quem vendia esse escravo ao produtor colonial, lucrando uma primeira vez; e depois comprava, a preço de monopólio a produção encarecida por esse escravo, revendendo-a com exclusividade ao consumidor metropolitano,

lucrando uma segunda vez. Como o escravo indígena era capturado na própria colônia não oferecia as vantagens do escravo africano.

Assim, era fundamental para o sucesso da indústria colonial de exploração, que o escravo fosse uma mercadoria externa à colônia comercializada por um mercador metropolitano a preços de monopólio. Daí a razão fundamental de a escravidão indígena ser dificultada, e como relata Rezende Filho (1995, p. 103), sendo proibida pela metrópole e com a conivência da igreja que estabeleceu um conceito diferencial entre o indígena, considerado gentil e passível de catequização e o negro africano, considerado apóstata, e, portanto passível de escravidão. A escravidão indígena somente iria gerar uma indesejável concentração de renda na colônia. Além disso, impediria o desenvolvimento de um novo mercado de comércio metropolitano português, o tráfico de escravos negros africanos.

Portanto, é um equívoco histórico, afirmar que o indígena tenha tido qualquer problema de adaptação ao trabalho escravo. O que levou os portugueses a desistirem da escravização do indígena e optarem pela escravização do negro africano foram razões de ordem pura e estritamente econômica e comercial. Rezende Filho (1995, p. 103) cita a denominada fase do bandeirantismo de apresamento (1632-1648), onde em decorrência do domínio holandês do nordeste açucareiro e das rotas do Atlântico Sul que dificultam o abastecimento de mão-de-obra africana, a solução encontrada foi o apresamento e comercialização dos indígenas no interior. Porém, este mercado logo se extinguiria com a retomada das possessões portuguesas.

Porém, como foi colocado anteriormente, não vai-se debater modelos ou sistemas nas novas terras luso-americanas. O espaço é novo, as terras são novas. No entanto, essa nova sociedade européia impõe a escravidão na América, que segundo Queiroz (1993, p. 7) não surge naturalmente como na antigüidade, mas de uma ordem de acontecimentos que se inaugura no século XV com os descobrimentos ultramarinos e pertence a ela. Foi a solução encontrada pelos europeus para aumentar a lucratividade de seus empreendimentos. E, continua Queiroz (1993, p. 7), a escravidão americana é um fenômeno original e particular e será compreendida não apenas como uma instituição, mas também como elemento articulado do sistema capitalista

mercantil europeu vigente na Época Moderna e articulador das relações sociais constituídas no Brasil a partir da colonização.

A partir da equação proposta por Rezende Filho (1995, p. 105), pode-se entender melhor a escolha pelo trabalho escravo negro africano analisando os dados da Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Custo da mão de obra: uma suposição no Brasil-Colônia

Categoria	Trabalho escravo	Trabalho assalariado
Custo de aquisição	10	-
Custo de manutenção	02	-
Custo fixo	50	-
Custo de vigilância	08	-
Custos variáveis	-	10
Custo fixo	-	50
Total	70	60

Fonte: Rezende Filho (1995, p. 105).

CE – custo de aquisição do escravo; **CM** – custo de manutenção do escravo; **CF** – custo fixo, representado pelo engenho, plantações etc; **CV** – custo de vigilância, representado pelo salário do feitor; **CV'** – custos variáveis, representados pelos salários do trabalhador.

Pode-se notar através da equação que os custos do trabalho escravo eram mais altos que os do trabalho assalariado.

Percebe-se duas vertentes para a escolha da mão-de-obra escrava negra africana: a primeira foi a crise de mão-de-obra na Europa, onde não havia trabalhadores suficientes para desbravar as novas terras. E a segunda, foi como dito anteriormente, o interesse meramente econômico e comercial, maximizando a acumulação primitiva no Brasil-Colônia, “coisificando” o trabalhador negro africano. Como relata Marx (1984, p. 295), a colonização no Novo Mundo, o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, cooperação, divisão do trabalho, aplicação da maquinaria em larga escala, entre outros, são impossíveis sem a expropriação dos trabalhadores e a correspondente transformação de seus meios de produção em capital. E, como expõe Queiroz (1993, p. 10), para assegurar a reprodução do capital investido era preciso ligar o trabalhador obrigatoriamente à unidade econômica. Daí o recurso à escravidão. E conclui, se o trabalho não for compulsório, bloqueia-se a acumulação primitiva, o excedente

de trabalho é apropriado pelo empregador, no caso, o colono, e a acumulação ficará na colônia ao invés de ir para a metrópole.

Definitivamente o modelo produtivo adotado no Brasil-Colônia foi a escravidão baseada na produção da grande propriedade fundiária: a *plantation*, a grande exploração agrícola monocultora, baseada na exploração de terras e utilizando-se amplamente da mão-de-obra escrava, isto é, propriedade especializada na produção de um gênero tropical de grande extensão e trabalhada por mão-de-obra escrava (Rezende Filho, 1995, p. 107). Isto contribuiu para aumentar a concentração fundiária, que foi uma constante no Brasil, abertamente estimulada pela metrópole.

A mão-de-obra escrava, portanto, foi o fundamento da economia colonial lusa nas terras além mar. O grau de dependência das capitanias e de toda a colônia lusa em relação ao escravo negro era grandioso.

Assim, no lugar dos metais preciosos vislumbrados pelos portugueses em primeiro momento, a solução encontrada foi a exploração de um produto agrícola que houvesse demanda na Europa. O açúcar veio a ser o produto escolhido, já que os portugueses tinham larga experiência no cultivo da cana nas ilhas do Atlântico. O produto preenchia todos os requisitos. E o negro cativo, como expõe Queiroz (1993, p. 21) foi o suporte da economia brasileira, baseada nas *plantations*, por todo o período que durou a escravidão.

2.3. A escravidão negra no Brasil

O desenvolvimento tanto político quanto econômico do Brasil, partiu primeiramente da economia agrária tropical, baseada no latifúndio e na mão-de-obra escrava.

O objeto de estudo é, essencialmente, o período pós-escravocrata da sociedade brasileira, com o trabalho do imigrante europeu sendo explorado, em todas as formas na grande lavoura cafeeira. No entanto, não pode-se dispensar análises relevantes para este estudo, fazendo algumas comparações da empresa cafeeira com a açucareira, pois estas obedecem ao mesmo processo cíclico e

mantém um baixo nível técnico na produção e remuneração dos agentes responsáveis pela produção.

Mesmo tendo iniciado sua expansão após a extinção do tráfico negreiro, inicialmente a economia cafeeira utilizou-se amplamente da mão-de-obra escrava, através do tráfico interprovincial.

Segundo Martins (1996, p. 9), a lavoura cafeeira baseou-se na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, substituídos mais tarde por trabalhadores assalariados. De fato é sabido que, inicialmente, a economia agrária cafeeira foi calcada em pilares baseados no latifúndio monocultural e na mão-de-obra escrava. No entanto, no decorrer da substituição do escravo pelo trabalhador assalariado, no qual se insere o imigrante, houve a tentativa de garantir mão-de-obra barata com trabalho semi-servil de cules (coolies, trabalhadores indianos e chineses) custeados pelo governo; porém, houve resistências, principalmente raciais. Mesmo que pouco reconhecido a trabalho semi-servil foi atribuído ao imigrante europeu até determinado período, posteriormente sendo questionado por governos estrangeiros (Alemanha e Itália).

A economia brasileira a partir da segunda metade do século XIX passa por bruscas transformações. Ao final do século XVIII e início do século XIX, a característica dominante foi a estagnação e a decadência. A fase de desenvolvimento, tal qual conheceu o Maranhão, foi ao nível local e não chegou a afetar o panorama nacional. As novas técnicas da revolução industrial chegavam ao Brasil sob a forma de bens e serviços, não afetando o sistema produtivo.

Notadamente, o período que antecede à expansão cafeeira não foi dos mais prósperos que enfrentou a economia brasileira. Fatos ocorridos no mundo na metade do século XVIII, como a revolta dos escravos na colônia francesa do Haiti, grande produtora de açúcar, as atividades industriais inglesas com alto consumo de algodão, favoreceram a elevação dos preços de produtos tropicais.

Assim, a única alternativa para contornar o cenário de estagnação em que se encontrava o país era a definição de uma nova produção que despontasse no mercado internacional. Não mais a economia dependia do açúcar e (apesar da pouca expressão) do algodão. Com a concorrência das Antilhas e fatores cíclicos, o Brasil perde mercado no comércio mundial do açúcar, o mesmo acontece com o

algodão, que sofre com a concorrência norte-americana. A crise dessas duas culturas dá início, segundo Furtado (1999, p. 110), à gestação da economia cafeeira.

Procura-se até o momento, desenhar um cenário histórico no qual tem-se como plano central as características do período da economia agrária brasileira, baseada no latifúndio monocultural e na mão-de-obra escrava, pois a estrutura da sociedade e da economia brasileira era assim definida.

Juntamente com a gestação da economia cafeeira, surge no Brasil uma nova sociedade burguesa. Uma nova maneira de organização burguesa nascia e expandia-se com a nova cultura. As principais transformações ocorridas a partir da metade do século XIX foram, sem dúvida, no interior da burguesia agrária: empresários cafeeiros tornam-se homens de negócios, modificando, assim, o caráter estrutural da sociedade brasileira.

Para melhor entendimento desse fenômeno, recorre-se a Marx (1999, p. 50) que considera o sistema da economia burguesa da seguinte ordem: capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; Estado, comércio exterior, mercado mundial. Seguindo o referido raciocínio, pode-se afirmar que a burguesia brasileira até meados do século XIX não poderia ser definida como plenamente capitalista, visto que os traços do feudalismo, principalmente o latifúndio e o trabalho servil, ainda eram intensos em seu interior.

Ao final do século XVIII e início do século XIX, criavam-se as condições descritas por Marx para a consolidação de um sistema da economia burguesa. Notáveis acontecimentos políticos ocorridos na Europa e o amadurecimento político do país, se por um lado fizeram agravar a crise econômica no Brasil, principalmente com a fase cíclica do ouro chegando ao seu ponto final, por outro forçou a reorganização da economia nacional.

A abertura dos portos em 1808 e os tratados de 1810, segundo Furtado (1999, p. 93), transformam a Inglaterra em potência privilegiada, com direitos de extraterritorialidade e tarifas preferenciais a níveis extremamente baixos, limitando a autonomia do governo brasileiro no setor econômico. Tal situação leva a burguesia agrária, senhores da grande agricultura exportadora a lutar pela tomada do poder. Assim, a partir da primeira metade do século XIX o país

enfrenta fortes crises econômicas. As províncias do norte são as mais afetadas com a desvalorização do açúcar no mercado mundial. Assim, entra em fase final a cultura que teria sido o fundamento da colonização no Brasil.

Dessa forma, além dos fatores endógenos, foram principalmente os fatores exógenos que aceleram a decadência do regime escravista no Brasil. O capitalismo mundial impõe mudanças. O crescimento econômico dos bens manufaturados e a separação definitiva do trabalhador e os meios de produção resulta na imposição do capital industrial ao comercial, subordinando-o e controlando/comandando a acumulação mundial.

A Revolução Industrial varre a Inglaterra e a Europa. Os mecanismos histórico-estruturais fazem-se necessários para permitir a acumulação de capital que origina e expande a referida Revolução.

As instituições criadas pelo mercantilismo, como o Pacto Colonial, que prejudicavam o capital industrial, as restrições às relações mercantis e o regime escravista entram em crise devido às mudanças estruturais que vinham ocorrendo no mundo. Por conseguinte, como expõe Queiroz (1993, p. 60) o capitalismo industrial passa a exigir a quebra das prerrogativas coloniais herdadas do mercantilismo.

Nascia assim, uma nova sociedade burguesa mundial, dominada pelo capital industrial que germinava de dentro do capital comercial. E aquele modelo de regime escravista, fundamental para o desenvolvimento colonial anteriormente, não cabe mais. Novas relações de produção foram, como indaga Marx (1999, p. 52), geradas no seio mesmo da velha sociedade.

Por outro lado, o grupo de conservadores da velha sociedade burguesa decadente vê-se perdendo privilégios. Os traficantes e os latifundiários plantadores de cana nas Antilhas faziam oposição incessante. Porém, essa oposição não refletiu nas decisões do parlamento inglês, que em 1807 extingue o tráfico negreiro para as suas colônias, e logo mais algum tempo, o cativoiro.

E como confirma Queiroz (1993, p. 61), a partir de 1833 o escravo será figura do passado nas possessões coloniais inglesas.

Os acontecimentos e mudanças mundiais não demorariam a surtir efeitos no Brasil. O liberalismo econômico/comercial era vislumbrado pela maior potência

econômica mundial da época, e para alcançá-lo era preciso derrubar o regime de monopólio mercantil, no qual, segundo Queiroz (1993, p. 60) a escravidão e o tráfico constituam peças fundamentais, e o ataque a estes levaria à destruição daquele.

As pressões inglesas sobre o governo brasileiro para a extinção do tráfico, intensificam-se depois da independência do Brasil. O governo imperial brasileiro resistiu o quanto pode. Porém, foi obrigado a assinar um acordo em 1826 comprometendo-se a extinguir o tráfico dentro de três anos. Essa decisão desagradada à burguesia agrária nacional dominante e poderia colocar em risco o governo, já que havia conflitos de interesses. E assim, a lei de 7 de novembro de 1831 que extingue o tráfico não foi cumprida. E segundo Queiroz (1993, p. 63), no Parlamento dizia-se que fora feita para inglês ver; jamais os brasileiros importaram tantos escravos quanto depois dessa lei: cerca de meio milhão até 1850.

Sobre este fluxo, Mattoso (1982, p. 61) revela com extrema competência a entrada de escravos somente no porto da Bahia e conclui que entre 1815 e 1830 a média de cativos importados somente pelo porto da Bahia é de 7.023 por ano, com as máximas seguintes de 1826 a 1830 (ver Tabela 2).

Tabela 2 – Fluxo de escravos – 1826 à 1830

Anos	Nº de Cativos
1826	7.858
1827	10.186
1828	8.127
1829	12.808
1830	6.425
TOTAL	45.404

Fonte: Verger & Bethell *apud* Mattoso (1982)

Em outro momento, Mattoso (1982, p. 61) dá uma outra contribuição dizendo que o tráfico estagna em seguida durante os primeiros anos de sua clandestinidade, e reexpande-se a partir de 1833. Para o porto da Bahia, por

exemplo, a máxima se situa entre 1846 e 1849 (Tabelas 3 e 4), segundo as cifras seguintes.

Tabela 3 – Fluxo de escravos – 1840 à 1851

Anos	Nº de Cativos 1	Nº de Cativos 2
1840	1.675	1.413
1841	1.410	1.470
1842	2.360	2.520
1843	3.004	3.111
1844	6.201	6.501
1845	5.582	5.582
1846	7.824	7.354
1847	11.769	10.064
1848	7.383	7.299
1849	8.401	8.081
1850	9.102	9.451
1851	785	-
TOTAL	65.506	64.946

Fonte: Verger & Bethell *apud* Mattoso (1982)

Tabela 4 – Médias anuais de fluxo de escravos – 1801 à 1851

Anos	Médias Anuais
1801-1810	7.500 a 7.700 cativos
1810-1815	5.500 a 5.700 cativos
1815-1830	6.196 a 7.023 cativos
1840-1851	5.154 a 5.904 cativos

Fonte: Verger & Bethell *apud* Mattoso (1982)

Contudo, as pressões inglesas não cessam e o governo brasileiro continua resistindo. Mas em 1845 o parlamento inglês aprova o Bill Aberdeen, no qual legitimava o apresamento de navios negreiros e atribuindo-lhes total poder de jurisdição sobre eles. Com isso, os navios brasileiros poderiam ser julgados pelos tribunais ingleses. Vários navios brasileiros foram apreendidos, mesmo na faixa litorânea brasileira. A indignação da burguesia brasileira para com a afronta da Inglaterra junto à soberania nacional é grande. Mas a solução seria, sem embargo, como expõe Queiroz (1993, p. 64) converter em lei o projeto elaborado

por Eusébio de Queiroz, que extinguiu definitivamente o tráfico de negros para o Brasil.

A instabilidade interna do país aumenta com os agravantes exógenos. Os principais produtos brasileiros (açúcar e algodão) perdem espaço no mercado mundial e as crises agravam-se. Surge por volta de 1830 um novo produto: o café. O café teve sua origem como bem comercializável na Província do Rio de Janeiro, e sua expansão na Província de São Paulo. Segundo Skidmore (1998, p. 75) o café abasteceria a economia de exportações brasileiras pelos próximos 140 anos.

A cultura cafeeira toma por completo o solo fluminense. A província do Rio de Janeiro torna-se a principal produtora de café, vendo-se como centro exportador durante a década de 1830 e 1840. A concentração na cidade do Rio de Janeiro de bancos e corretoras favorecia a inserção do café no mercado mundial, já que estando o açúcar e o algodão, até então principais produtos brasileiros de exportação, em baixa no mercado mundial e as minas chegando à sua exaustão, o país precisaria de um novo produto agrícola de exportação que obedecesse aos padrões internos e tivesse demanda no mercado mundial.

Primeiramente, como foi exposto anteriormente, a economia cafeeira baseou-se na mão-de-obra escrava. E Martins (1990, p. 84), cita um relato da educadora alemã Ulla Von Eck, que residiu em uma fazenda de café por volta de 1881, em carta à sua irmã, que posteriormente seria publicado no livro *Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Através deste pode-se ter uma vaga idéia do período. Sua observação sobre os negros inseridos na sociedade da época, em final do regime escravista é significativa:

S. Francisco, 14 de agosto de 1881.

Minha Grete do coração.

Neste país, os pretos representam o papel principal; acho que, no fundo, são mais senhores do que escravos dos brasileiros.

Todo trabalho é realizado pelos pretos, toda a riqueza é adquirida por mãos negras, porque o brasileiro não trabalha, e quando é pobre prefere viver como parasita em casa dos parentes e de amigos ricos, em vez de procurar ocupação honesta.

Todo o serviço doméstico é feito por pretos: é um cocheiro preto quem nos conduz, uma preta quem nos serve, junto ao fogão o cozinheiro é preto e a escrava amamenta a criança branca; gostaria de saber o que

fará essa gente, quando for decretada a completa emancipação dos escravos.

Na nossa Europa muito pouco se sabe a respeito da lei referente a esse assunto e imaginávamos que a escravidão fora abolida.

Mas não é assim. Foi determinado apenas que do dia de sua promulgação em diante, 28 de setembro de 1871, ninguém mais nasceria escravo no Brasil.

Quem já vivia como cativo nessa época assim permanecerá até a morte, até o resgate ou a libertação.

Os pretinhos nascidos agora não têm nenhum valor para seus donos, senão o de comilões inúteis.

Por isso não se faz nada por eles, nem lhes ensinam como antigamente qualquer habilidade manual, porque mais tarde, nada renderão.

Como são livres, porém, os brasileiros tratam-nos com mais estima e maior consideração do que os escravos natos (...)

Com a proibição do tráfico negreiro, após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz de 04 de setembro de 1850, dos 23 mil cativos ainda chegados em 1850, passou-se para três mil em 1851 e setecentos no ano seguinte (QUEIROZ, 1993, p. 64).

O Brasil, apesar da resistência da burguesia agrária nacional, acaba cedendo às pressões da Inglaterra. E sobre estes fatos o periódico paranaense *O Dezenove de Novembro* relata o seguinte:

QUARTA-FEIRA, 22 de agosto de 1855. Nº 21

Riqueza e Pobreza.

(...) Outra industria houve tão barbara e talvez mais prejudicial que a da escravidão dos nossos aborígenes, e que, entretanto parecia ter o apoio moral do paiz: o trafico dos Africanos. A sanha dos negreiros parecia accender-se em presenças dos obstaculos que se lhes antepunhão. Os prejuízos de uns parecia não influir no animo dos outros, senao para indicar-lhes novos meios de illudir a acção da autoridade. Que razao davão esses economistas avernaes para justificar sua tenacidade em um commercio que atacava de frente as leis divinas e humanas? "A nossa agricultura, dizião, precisa de braços que a auxiliem, e a introducção de Africanos satisfaz plenamente essa necessidade." (...)

(...) se o nosso governo, auxiliado pelos esforços da Inglaterra, não tivesse também tido a sua vez de dizer - Basta! Em que estado de prosperidade não vai o Brasil depois da cessação dessa industria malfazeja?(...)

O tráfico negreiro, enfim, chegaria ao fim. A reposição de mão-de-obra escrava vinda da África deixaria de existir, e juntamente com ele um dos grandes fatores de acumulação lusa no Brasil-Colônia e posteriormente Império.

Porém, o tráfico em si não cessa plenamente no Brasil. A rápida expansão da economia cafeeira gera uma crescente demanda por mão-de-obra, onde se recorreu às decadentes plantações de açúcar do Nordeste, ocasionando um deslocamento demográfico da população escrava do Nordeste para o Sul/Sudeste do país. Guimarães (1981, p. 84) relata que, quando cessou o tráfico, e o número de “peças” contrabandeadas já se tornava insignificante, os barões do café tiveram de voltar-se para os estoques do Nordeste, importando das áreas açucareiras os braços mais musculosos e o que de melhor havia na escravatura negra. Com isso o preço de cada “peça” não cessou de elevar-se, chegando à cerca de 2:000\$000 (dois mil réis) em termo médio, na década de 1870.

Através da Tabela 5 descrita por Skidmore (1998, p. 92) pode-se notar o deslocamento geográfico da população escrava do Nordeste para o Sul/Sudeste.

Tabela 5 – Porcentagem da distribuição da população escrava por regiões e províncias selecionadas no Brasil – 1823/1887

REGIÃO	Porcentagem				
<u>Região</u>	<u>1823</u>	<u>1864</u>	<u>1872</u>	<u>1883</u>	<u>1887</u>
Norte	4	2	2	2	1
Nordeste	53	49	32	28	28
Pernambuco	13	15	6	6	6
Bahia	20	17	11	11	11
Maranhão	8	4	5	4	5
Outros	12	13	10	7	6
Sudeste	38	44	59	63	67
Espírito Santo	5	1	2	2	2
Minas Gerais	18	15	25	24	26
Rio de Janeiro	13	17	19	21	22
(província, incluindo cidade)					
Rio de Janeiro (cidade)	-	6	3	3	1
São Paulo	2	5	10	13	15
Sul	2	4	6	6	2
Rio Grande do Sul	-	2	4	5	1
Outros	-	2	2	1	1

Oeste	3	1	1	1	1
Total (%)	100	100	100	100	100
Número total	1.163.746	1.715.000	1.510.806	1.240.806	723.419
Taxa de Crescimento	0,9	-1,1	-2,1	-16,5	

Fonte: Skidmore (1998, p. 92)

Como se vê, na região Nordeste há uma diminuição da população escrava e, por conseguinte, um aumento na região Sudeste. Isso se deve principalmente ao deslocamento demográfico da região Nordeste para as regiões Sul/Sudeste.

Sobre a entrada de escravos na província do Rio de Janeiro para o trabalho nas fazendas de café, Martins (1991, p. 84) através da Tabela 6, mostra da seguinte forma:

Tabela 6 - Entrada de escravos na província do Rio de Janeiro – 1852 à 1859

Anos	Número de escravos
1852	4.409
1853	2.090
1854	4.418
1855	3.532
1856	5.006
1857	4.211
1858	1.993
1859	963

Fonte: Stanley J. Stein *apud* Martins (1991, p. 69)

As reservas de escravos do Nordeste estavam escasseando, com isso elevam-se os preços. Os lucros não conseguiam acompanhar o mesmo ritmo inflacionário, tal qual atravessava aquele tipo de comércio dentro do país, já que os preços dos produtos não eram estabelecidos com base nos custos do país, mas como expõe Guimarães (1981, p. 85), predominantemente em função dos interesses dos mercados mundiais e já exerciam inflexível pressão baixista.

A média dos preços dos escravos tomada em anúncios de jornais da época elevava-se rapidamente conforme pode-se ver na Tabela 7.

Tabela 7 – Média de preços dos escravos – 1835 à 1875

PREÇOS MEDIOS (em mil-réis)			
Ano	Homens	Mulheres	Média
1835	375	359	367
1845	384	371	348
1855	1075	857	966
1865	972	1145	1059
1875	1256	1106	1181

Fonte: Buescu Apud. Martins (1991, p. 69)

Os preços dos escravos elevam-se a níveis elevadíssimos, triplicando após o ano de 1850, com a promulgação da lei da abolição do tráfico negreiro. Dessa forma, como relata Martins (1991, p. 69), em 1865, uma escrava valia mais que o escravo homem, pois seu papel reprodutor tornava-a mais valiosa.

O sistema escravocrata que vigorava no Brasil vinha tomando ares de decomposição. A escassez de mão-de-obra escrava dentro do país e a extinção do tráfico negreiro pressionavam os preços para cima, tornando impossível a sustentação daquele sistema de produção latifundiária baseada na mão-de-obra escrava, já que, como foi exposto antes, os lucros não tem o mesmo processo cíclico, pois os preços correspondiam ao mercado mundial, e não aos custos internos do Brasil.

Segundo Guimarães (1981, p. 85), os lucros obtidos com escravos na produção cafeeira eram estimados em 200 ou 300 mil réis; ora esta quantia correspondia a 10 ou 15% do preço de um escravo, sendo apenas suficiente para cobrir os juros do capital aplicado na compra da escravatura. E, conclui Guimarães (1981, p. 85), estariam assim caracterizando as premissas da decadência do latifúndio cafeeiro baseado no regime escravista. O sustento e a utilização do sistema havia se tornado antieconômico. Muitos senhores rurais passam a alforriar seus escravos tomados de enternecida “filantropia”.

Dessa forma, chegava ao fim após quase quatro séculos o sistema de regime escravocrata no Brasil. Assim, como define Furtado (1999, p. 137), a abolição da escravatura, à semelhança de uma “reforma agrária”, não constitui *per se* nem destruição nem criação de riqueza. Constitui simplesmente uma redistribuição da propriedade dentro de uma coletividade. E conclui

brilantemente que, à semelhança de uma reforma agrária, a abolição da escravatura teria de acarretar modificações na forma de organização da produção e no grau de utilização dos fatores.

Assim, entra a economia e a sociedade brasileira, mesmo que tardiamente, no sistema de trabalho assalariado, mesmo que tenha uma transição difícil com a semi-escravidão do trabalhador europeu da qual são tratadas nas unidades seguintes.

3. A CULTURA CAFEEIRA NO BRASIL

3.1. O cenário econômico mundial

O cenário econômico da época (meados do século XIX) era extremamente favorável ao cultivo do café no Brasil. Como foi exposto anteriormente, o mercado externo para a comercialização do açúcar era desfavorável, e o país procurava um produto que viesse a ser aceito no mercado mundial.

A Europa estava vivendo a Revolução Industrial. Países como França e Inglaterra estavam, segundo Martins (1990, p. 6) concentrando todas as suas forças de trabalho na atividade industrial, envolvidos com a exportação de suas mercadorias e investimentos financeiros que propiciavam altos lucros, não se interessando pela agricultura de exportação.

Os mercados europeus eram supridos por produtos agrícolas, principalmente os produtos originários das colônias da América, já que estas eram incentivadas pelas metrópoles para a produção destes produtos. Com isso, acentuava-se uma divisão internacional do trabalho, onde como expõe Martins (1990, p. 6) aos países industrializados europeus reservava-se a atividade nas indústrias e o controle das maiores rendas; aos países dependentes, de economia periférica, restava a atividade agrícola, apoiada em sua maioria na mão-de-obra escrava. Ao Brasil, como nação de economia periférica, com grandes extensões rurais ou latifúndios, provenientes das sesmarias e abundante em mão-de-obra escrava, restou plantar café, pois, segundo Martins (1990, p. 6) o Brasil até então colônia de Portugal não tinha a permissão de instalar qualquer tipo de fábrica.

Não vai-se aqui ser repetitivos citando aspectos que originaram a cultura cafeeira no Brasil, pois já foram expostos anteriormente. Fica-se apenas comprometido em comentar os aspectos econômicos e sociais da referida empresa agrícola que novamente leva a um relativo crescimento a economia nacional.

Analisando os dados da Tabela 8, exposta por Martins (1990, p. 37), percebe-se o grau de dependência do país em relação ao novo produto no referido período em que este vigora.

Tabela 8 – Produção de café exportada

Anos	Produção exportada (por arrobas)
1779	79 arrobas
1796	8.495 arrobas
1806	82.245 arrobas

Fonte: Caio Prado Jr. *apud* Martins (1990, p. 37)

De 1779 à 1806 percebe-se um começo de produção baixo. De fato, é sabido que em 1789 a colônia francesa do Haiti entra em crise com a revolta dos escravos. Isso abre uma lacuna para o Brasil abastecer o mercado mundial de açúcar.

O Brasil vê-se à frente de uma nova etapa de prosperidade, porém bastante limitado, como nos explica Furtado (1999, p. 92),

Entretanto essa prosperidade era precária, fundando-se nas condições de anomalias que prevaleciam no mercado mundial de produtos tropicais. Superada essa etapa, o Brasil encontraria sérias dificuldades, nos primeiros decênios de vida como nação politicamente independente, para defender sua posição nos mercados dos produtos que tradicionalmente exportava.

Somente a partir de 1830 é que o Brasil toma o café como principal produto para a exportação e conseqüentemente, deixando de lado o dualismo econômico que surge no país, a contornar a crise que proliferava. As exportações deslancham a partir de 1840, conforme nos mostra a Tabela 9.

Tabela 9 - Exportações de café em milhares de sacas de 60kg, por decênios

Anos	Exportações (por sacas 60kg)
1821/30	3.178
1831/40	10.430

1841/50	18.367
1851/60	27.339
1861/70	29.103
1871/80	32.509
1881/90	51.631

Fonte: Caio Prado Jr. *apud* Martins (1990, p. 38)

Nota-se, através da Tabela 10, como o café obtém o seu espaço e, como expõe Martins (1990, p. 38) coloca-se em primeiro lugar na pauta de exportações do Brasil.

Tabela 10 – Principais produtos brasileiros para exportação

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE 1821 À 1890 (EM %)							
Produto	1821-30	1831-40	1841-50	1851-60	1861-70	1871-80	1881-90
Café	18,4	43,8	41,4	48,8	45,5	56,6	61,5
Açúcar	30,1	24,0	26,7	21,2	12,3	11,8	9,9
Algodão	20,6	10,8	7,5	7,5	6,2	18,3	4,2
Cacau	0,5	0,6	1,0	1,0	0,9	1,2	-
Borracha	0,1	0,3	0,4	2,3	3,1	5,5	8,0
Fumo	2,5	1,9	1,8	2,6	3,0	3,4	-
Erva-mate	-	0,5	0,9	1,6	1,2	1,5	-
Couros e peles	13,6	7,9	8,5	7,2	6,0	5,6	3,2
Total	85,8	89,8	88,2	92,2	78,2	103,9	86,8

Fonte: Sodré *apud* Martins (1990, p. 38)

Analisando os dados da Tabela 10, pode-se perceber que as exportações do café são crescentes exceto no decênio de 1861-70 onde se acentua a crise de mão-de-obra. Porém, no decênio de 1881-91 as exportações do produto atingem um percentual superior a 70% em relação aos outros produtos na pauta de exportação.

No decênio de 1880-89 o café brasileiro responde por mais de 55% da produção mundial. A Tabela 11 exposta por Martins, esclarece com maiores detalhes.

Tabela 11 – Porcentagem da produção brasileira na produção mundial de café

Anos	O café na produção mundial (em %)
1820/29	18,18
1830/39	29,70
1840/49	40,00
1850/59	52,09
1860/69	49,07
1870/79	49,09
1880/89	56,63

Fonte: Pinto *apud* Martins (1990, p. 39)

O Brasil passava por uma fase de transformação e nenhum historiador, sociólogo, economista, entre outros, que estudasse essa época seria capaz de negar esta mudança.

Como foi exposto anteriormente, nascia uma nova sociedade no Brasil, de dentro daquela velha sociedade e da mesma aristocracia feudal. Os fatos mundiais aconteciam concomitante ao processo de evolução da economia cafeeira no Brasil, e recorre-se a Guimarães (1981, p. 81) para se buscar uma definição ampla e concreta deste processo de expansão, onde,

(...) uma particularidade histórica da expansão do latifúndio cafeeiro é que ela se processava na época em que, no mundo inteiro, estava em pleno florescimento o capitalismo industrial. Se, por um lado, isso lhe havia possibilitado a rápida penetração do seu produto num mercado mundial em constante crescimento assegurando-lhe a acumulação de vultosas riquezas, por outro lado, abria-lhe os flancos às manobras baixistas dos trustes internacionais recém formados que o forçavam a melhorar sua produtividade a fim de não reduzir suas altas margens de lucro.

A expansão da economia cafeeira obedeceu aos padrões da nova fase da economia mundial, sendo o país visto como economia periférica. O Brasil foi fiel ao modelo imposto pelas metrópoles direcionado à divisão internacional do trabalho e seguindo à risca as ordens do liberalismo econômico que nascia.

Muitos historiadores, sociólogos, economistas, entre outros, definiram a expansão da empresa cafeeira de maneira particular, deixando de mencionar fatos fundamentais e extratos que definiram a mesma. Contudo, utiliza-se no

presente trabalho o raciocínio de Guimarães (1981, p. 82), no qual ele separa em dois ciclos a expansão do latifúndio cafeeiro. O primeiro ciclo denomina-se feudal-escravista. E o segundo ciclo, o qual o autor preferiu não atribuir como capitalista, mas sim, feudal não-escravista, que teve sua evolução e desenvolvimento dentro do primeiro. A análise feita por Guimarães sobre os ciclos do café é fundamental para se entender este período crucial da formação econômica e social brasileira.

Segundo Guimarães (1981, p. 82) o sinal de igualdade, o traço permanente e comum nos dois ciclos é a forma de propriedade territorial e o monopólio feudal da terra, como o principal dos meios de produção. Sobre a análise feita pelo autor pode-se perceber que o ciclo não-escravista conserva do primeiro ciclo, o domínio absoluto, ou seja, o controle sobre os homens e as coisas. E como sintetiza Guimarães (1981, p. 82) em sua análise,

E graças a esse domínio foi que manteve intacto o poder extra-econômico que lhe asseguraria a substituição do antigo regime de trabalho escravo pelo “novo” regime de trabalho, este supostamente livre mas de fato tão preso ao passado escravista e tão eivado de medievalismo que se identificava, verdadeiramente com a servidão da gleba.

O ciclo escravista da economia cafeeira teve como centro de desenvolvimento a região fluminense e Vale do Paraíba e o ciclo não-escravista a região do Oeste Paulista.

Apesar de o Oeste Paulista ter, até então, uma certa divisão quanto à estrutura produtiva (um Oeste mais atrasado no sistema de produção que o outro, onde irá ver-se mais adiante) Martins (1990, p. 41) lembra muito bem a generalização do historiador José Roberto do Amaral Lapa, relacionando a estrutura produtiva do café, subdividindo-as e fazendo uma moldura desse confronto entre as regiões.

Quadro 1 – Regiões em confronto

1850 – 1910	
VALE DO PARAÍBA	OESTE PAULISTA
1. formas tradicionais de ocupação e uso da Terra	1. formas capitalistas de ocupação e uso da Terra

2. fracionamento dos latifúndios	2. predomínio da grande propriedade
3. estagnação econômica	3. progresso
4. mentalidade tradicional na administração da fazenda	4. mentalidade empresarial capitalista
5. investimento improdutivo dos lucros	5. investimento produtivo dos lucros
6. agricultura arcaica	6. agricultura moderna
7. fazendas auto-suficientes	7. fazendas dependentes
8. aristocracia escravocrata e conservadora	8. aristocracia imigrantista e liberal
9. senhorio voltado para a gestão agrícola	9. senhorio empresarial, desdobrando-se em iniciativas urbanas
10. dependência do patrocínio oficial	10. iniciativa privada independente
11. estiolamento e regressão urbana	11. desenvolvimento urbano
12. formação das classes médias por um movimento de descenso da aristocracia	12. formação das classes médias por um movimento de ascenso de seguimentos inferiores
13. indiferença política	13. ativismo na prática política
14. resistência ao movimento abolicionista	14. aceitação do movimento abolicionista
15. ideologia monarquista	15. ideologia republicana
16. inércia cultural	16. intensidade do movimento cultural
17. impermeabilidade ao processo de adaptação cultural	17. fácil adaptação a novas imposições culturais
18. relações sociais paternalistas	18. relações sociais capitalistas
19. relações sociais de produção escravista	19. relações sociais de produção capitalista
20. forças produtivas escravistas	20. forças produtivas capitalistas
21. administração direta do trabalho	21. administração indireta do trabalho
22. unidade de produção tradicional (fazenda)	22. unidade de produção capitalista (empresa)

Fonte: Lapa *apud* Martins (1990, p. 41-42)

À medida em que as relações capitalistas de produção começam a penetrar na economia agrária brasileira, como nos mostra o Quadro 1 exposto por Martins, a busca por novos mercados é evidente. E os Estados Unidos seriam então, um dos principais importadores do produto brasileiro.

O mercado norte-americano abre-se cada vez mais para o café, principalmente devido à crescente substituição do chá pelo café no hábito de consumo do povo norte-americano. Até então o Império estava empenhando-se na cultura do chá no país, especificamente na província do Paraná, porém, com o crescimento abrupto da produção cafeeira, o Império aceita definitivamente a realidade chamada café.

Guimarães (1981, p. 84) faz uma análise estatística sobre as exportações do café para os Estados Unidos e o crescimento do consumo naquele país.

Tabela 12 – Exportação de café para os EUA (sacas)

Ano	Sacas
1809	1.522
1840	296.289

Fonte: Guimarães (1981, p. 84)

Notamos através da Tabela 12 que depois de 1809, ano dos primeiros carregamentos para aquele país, há um aumento substancial nas exportações do produto nas décadas que seguem e como sintetiza Guimarães (1981, p. 84) em vinte anos, de 1821 a 1841, as compras norte-americanas do produto brasileiro haviam crescido em tais proporções que a quota por habitante se elevaria de 30 gramas para mais de 2,5 quilos.

3.2. A política e os tributos na economia cafeeira

O café, como negócio, expande-se repentinamente, provocando o surgimento de novas casas bancárias fundadas por fazendeiros relacionados ao setor cafeeiro. A ligação dos latifúndios cafeeiros ao poder imperial favorecia a tomada de empréstimos para algum latifundiário que estivesse passando por dificuldades.

Alguns setores da economia também se beneficiavam com a expansão da economia cafeeira, como por exemplo, as companhias de navegação, diante das possibilidades de crescimento das exportações do café.

Em relação à política tributária na economia cafeeira, a análise feita por Amed & Negreiros (2000, p. 227) é de suma importância para a compreensão deste fator, e segue,

Em relação à política tributária, é curioso notar que o café, na medida em que se constituía numa mercadoria voltada ao mercado exterior, engrossava a lista dos chamados tributos de saída. Era nos momentos cíclicos de crise da economia cafeeira (caracterizada, normalmente, pela superprodução) que se pensava na introdução de outros tributos relacionados aos demais produtos brasileiros. Diga-se que muitas vezes, acenava-se para a elaboração de incentivos (do ponto de vista das isenções), para o incremento e valorização de outros itens, que também compunham a economia brasileira.

Notadamente, o vínculo entre os latifundiários cafeicultores e o poder imperial, nem sempre favorecia uma política de desenvolvimento da economia nacional, mas sim, da economia cafeeira.

Esse vínculo entre os latifundiários cafeicultores e o poder imperial começa a desaparecer com a decadência da economia cafeeira e do ciclo escravista no Vale do Paraíba e região fluminense. Estes setores insistiam em apoiar o Império para garantir benefícios. Porém, com a empresa cafeeira expandindo-se no Oeste Paulista apoiada na mão-de-obra livre e a propagação dos ideais republicanos ganhando força por todo o país, leva-nos a concordar com a afirmação de Amed & Negreiros (2000, p. 227) que nos instantes que antecederam a ruína do Segundo Reinado e a fundação da República, era a chamada “elite cafeeira” quem melhor se posicionava no cenário econômico do país, até mesmo tendo plenos poderes para indicar nomes a cargos como presidentes de Províncias e outros no executivo nacional.

Notadamente os fatos que marcaram os instantes finais do Império e o advento da República são, segundo Amed & Negreiros (2000, p. 225), o momento de se analisar a economia cafeeira quando esta se desconcentra do Vale do Paraíba fluminense e se dirige para o oeste rumo a São Paulo.

A continuação de política favorável à elite cafeeira no início do período republicano, especificamente, a empresa cafeeira de ciclo não-escravista do Oeste Paulista sob a forma de benefícios fiscais e de uma política tributária favorável a este grupo, se consubstancia como sintetizam Amed & Negreiros (2000, p. 227), em incentivos fiscais e a garantia da compra, por parte do governo, do estoque excedente de café.

Até o ano de 1930, quando o Brasil toma novos rumos, paulistas e mineiros utilizam-se de uma prática política que ganhou o nome de política do café com leite, onde ambos alternavam-se no governo.

Como foi exposto anteriormente, o governo republicano usava de políticas favoráveis aos latifundiários cafeicultores paulistas e foi (o governo republicano) para os latifundiários paulistas aquilo que havia sido o segundo reinado para os latifundiários fluminenses.

No plano econômico da época, houve alguns equívocos no controle da política econômica. Visando, principalmente, atrair investimentos estrangeiros para o país, o governo republicano adota medidas monetárias “irresponsáveis” de aumento da emissão de moeda e uma posterior queda na taxa de juros. Porém, essas medidas não tiveram o resultado esperado, causando crescimento na taxa de inflação no país. Medidas compensatórias foram tomadas para resolver os problemas causados por tais equívocos e, como apontam Amed & Negreiros (2000, p. 236), foram anos que primaram pela contenção das emissões de moeda, pela contratação de empréstimos no exterior, pelo aumento dos juros e pela elevação dos gastos estatais. Somente foram preservadas as situações favoráveis à elite cafeeira.

Dessa forma, Campos Sales assume o governo com o país em meio a uma crise inflacionária. A Fazenda estava em constante déficit e alguns cortes nos gastos públicos eram vistos como a solução dos problemas.

Nessa época o Brasil contrai um vultoso empréstimo no mercado externo (Inglaterra) oferecendo como garantia toda a renda alfandegária do Rio de Janeiro e as demais, como também as receitas de serviços públicos. Em razão desse empréstimo, Amed & Negreiros (2000, p. 237) chamam a atenção para o fato de que o governo de Campos Sales sustou gastos, aumentou impostos - o famoso

imposto do selo -, abandonou obras públicas, desestimulou indústrias e congelou salários.

Para conter a inflação, Campos Sales adotou uma política de depreciação externa no câmbio. Sem dúvida, a tão sonhada deflação foi alcançada (entre 1898 e 1902, o câmbio subiu, passando o valor do dinheiro de 8,5 pence por mil-réis para 2,5 pence por mil-réis). No entanto, essa política de depreciação externa do câmbio acaba culminando com o descontentamento da elite cafeeira paulista, uma vez que com a valorização cambial, o preço do café caía nas bolsas estrangeiras.

Contudo, os latifundiários cafeicultores paulistas ainda teriam poderes para intervir nas decisões governamentais, que segundo Amed & Negreiros (2000, p. 237) provocaram a “virada de mesa” desta elite através da assinatura do Convênio de Taubaté¹, em 1906.

O Convênio de Taubaté resultou sem dúvida numa política nefasta que atrasou mais ainda o processo de desenvolvimento da economia brasileira, no qual o Estado deveria intervir na economia, regulando o mercado em favor dos latifundiários cafeicultores. Amed & Negreiros (2000, p. 237) resumem de forma simples este acordo em que se chamaria política de valorização do produto, e previa que:

- a) os Estados deveriam assumir a obrigação de sustentar um preço mínimo por saca de café;
- b) o Governo deveria comprar e armazenar uma parte da produção se esta fosse considerada como excedente;
- c) haveria uma sobretaxa de exportação que serviria de garantia para os juros e amortização dos capitais destinados a executar o programa.

Furtado (1999, p. 179) define esta situação de forma mais ampla:

- a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes;

¹ O Convênio de Taubaté foi, necessariamente, uma política de valorização/proteção do preço do café.

b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros;

c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada;

d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos Estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações.

Dessa forma, o Convênio (acordo) realizado na cidade de Taubaté estabeleceria que os riscos dos negócios do setor cafeeiro seriam assumidos pelo Estado.

Assim, Amed & Negreiros (2000, p. 237) citando Maranhão & Mendes Jr. em suas análises sobre o Convênio de Taubaté, afirmam que:

(...) os governos estaduais comprometiam-se a comprar previamente, por preço fixado, a safra prevista de café, desde que fosse limitada a área de plantio, para evitar a superprodução. Os bancos estrangeiros, financiando os governos estaduais para essa operação, adquiriam virtual controle sobre a comercialização do produto. Este, uma vez entregue, seria guardado em estoques oficiais, a serem fornecidos aos mercados internacionais à medida da procura. É claro que, a médio prazo, isso criaria a necessidade, tantas vezes ocorrida, de se destruírem os estoques excedentes – prejuízos pago pelo governo, vale dizer, pelo povo, através de impostos, atingindo o conjunto da população, em mais um mecanismo de socialização das perdas, comum aos Estados capitalistas, agravado na República oligárquica.

Seguindo o raciocínio, concluí-se que os prejuízos dos negócios do setor cafeeiro eram pagos pelos contribuintes, ou seja, eram pagos pelo próprio povo, até mesmo aquele que não tivesse participação alguma nessa atividade econômica.

Não é a intenção aprofundar essa análise. A referida abordagem visa apenas fundamentar a análise sobre o processo migratório do período. Porém, não pode-se deixar de citar os aspectos da comercialização desse produto, fundamental para a retomada do crescimento econômico do país.

Para sintetizar os determinados aspectos da comercialização, Rego & Marques (2000, p. 38) citam uma entrevista a um jornal do Rio de Janeiro em 1927, de um antigo comerciante de café que assim descrevia o sistema:

(...) havia 15 anos passados três classes distintas no comércio de café do Rio: o comissário, o ensacador; e o exportador. O comissário recebia o café do interior. Adiantava dinheiro ao fazendeiro, representando em face do produtor, o papel do banqueiro. O fazendeiro, além dos juros, que variavam entre 9 e 12%, pagava ao comissário uma comissão de 3% como, de resto, acontece ainda hoje. O ensacador comprava por conta própria o café aos comissários. Era este intermediário quem manipulava e classificava os tipos de café. (...) O exportador não fazia, como hoje, a classificação do café para os mercados externos. Ele se limitava a comprá-lo já manipulado do ensacador para a exportação. Ensacador e comissário, via de regra, eram ou brasileiros ou portugueses. O exportador era uma classe na sua quase totalidade constituída do elemento estrangeiro, ingleses principalmente. Não tinham nenhum armazém de depósito. Possuíam apenas escritórios. (...) Atualmente não existe mais a distinção entre o produtor e o mercado exportador, e que são o comissário e o exportador. A existência outrora de uma classe intermediária entre o comissário e o exportador era vantajosa para aquele, pois que o ensacador ajudava o comissário e o exportador era vantajoso para aquele, pois que o ensacador ajudava o comissário a resistir à desvalorização do produto. O ensacador era um interessado na alta, tanto quanto o comissário. E assim toda vez que o café tendia para baixa, era ele quem via de regra, ajudava o comissário obter crédito nos bancos, para o café não ir parar a preços não-remuneradores às mão do exportador.

A declaração do comerciante dá uma visão real do funcionamento do sistema de comercialização do café desde o seu início em meados do século XIX e início do século XX, onde Rego & Marques (2000, p. 39) assim analisavam:

O autor da entrevista referia-se ao comércio do café de antes da República, e na praça do Rio de Janeiro. Contudo, adianta que tal sistema prevaleceu até “15 anos passados”, ou seja, até por volta de 1872. Descontando-se o papel do ensacador, importante principalmente no Rio de Janeiro no século XIX, no essencial era o sistema na praça de Santos, no início do século XX.

Brilhantemente os autores percebem através do depoimento do comerciante, o caráter essencial e as funções das pessoas dentro do negócio cafeeiro, demonstrando que o interesse na alta do preço do café era dos comissários e na baixa do preço, dos exportadores. Os interesses dos comissários e dos fazendeiros convergiam, sendo ambos altistas. Ora, a comissão dos comissários era sobre o valor da venda. Já os exportadores tinham seu interesse voltado para a baixa do preço interno para garantir ganhos na diferença entre esse preço e o de exportação.

Dessa forma, Rego & Marques (2000, p. 39) concluem que nesse sentido, a casa comissária era o representante do fazendeiro nas praças de Santos e do Rio de Janeiro.

3.3. A crise da economia cafeeira

O Convênio de Taubaté, firmado em 1906, protegeu durante determinado período o setor cafeeiro. Mas alguns fatos começam a colocar em questão a estrutura desse setor.

Começa já a partir do início do século XX, as crises de superprodução do produto. As turbulências externas, principalmente nos EUA, principal importador, atingem diretamente o setor.

Assim, como expõe Furtado (1999, p. 178) que a partir da crise de 1893 começam a declinar os preços no mercado mundial. A Tabela 13 exemplifica tal situação.

Tabela 13 – Declínio do preço do café

Anos	Valor Médio de Saca-Libras
1893	4,09
1896	2,91
1899	1,48

Fonte: Furtado (1999, p. 178)

Há, visivelmente, uma pressão baixista no mercado mundial ocasionado pelas crises externas. No entanto, a crise de 1893 pode ser absorvida pela depreciação externa da moeda. Em 1897, com a depressão no mercado mundial torna-se o preço do produto ainda mais baixo. Essa depreciação externa no câmbio cria uma situação de pressão sobre os consumidores urbanos, tornando-se impossível outras novas depreciações.

A superprodução do produto torna-se um dos principais fatores negativos no desenrolar da crise da empresa cafeeira. Os benefícios recebidos contribuíram

para um forte crescimento. Furtado (1999, p. 181) revela que entre 1925 e 1929 tal crescimento foi de quase cem por cento.

Tem-se início um certo desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado mundial de café. Furtado (1999, p. 181) mostra que a produção média de 1927-29 foi de 20,9 milhões de sacas e a exportação de 14,1 milhões. O desequilíbrio máximo foi alcançado no ano da crise, 1929, quando a produção atingiu 28.941.000 de sacas e o total das exportações foi de 14.281.000 sacas.

Assim, pode-se concluir que:

a) a economia cafeeira foi fundamental para a retomada do crescimento do país como economia periférica;

b) as transformações econômicas, políticas e sociais estavam diretamente relacionadas à economia cafeeira;

c) benefícios concedidos aos produtores ao longo do tempo favoreceram a monocultura em detrimento de outros setores da economia;

d) políticas de valorização artificial do produto “maquiaram” a economia brasileira através de uma política de proteção de preço levando à superprodução de café;

e) a superproteção da cafeicultura brasileira e a crise econômica de 1929 levaram a economia brasileira a uma crise sem precedentes.

Para o presente trabalho, as análises feitas sobre a economia cafeeira fornecem bases para compreender o papel do trabalhador imigrante inserido na economia agrária nacional. Já que, como se menciona anteriormente, foi dentro desse setor (principal na época) que acontece a transição do trabalho escravo para o assalariado imigrante.

4. A INSERÇÃO DO TRABALHO DO IMIGRANTE NA ECONOMIA AGRÁRIA BRASILEIRA

4.1. A transição do trabalho escravo para o trabalho imigrante

O processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre teve resistências em todas as suas formas, principalmente dos latifundiários cafeicultores, que com a “mentalidade atrasada” insistiam em manter o *status quo* escravista.

Em uma das observações anteriores, Guimarães (1981, p. 82) coloca que houve dois ciclos do latifúndio cafeeiro, que foi o ciclo escravista e o ciclo não-escravista. Na medida em que a produção é descentralizada da região fluminense e Vale do Paraíba para o Oeste Paulista, o trabalho nos latifúndios também vai se modificando. Não só as pressões políticas externas influenciaram as mudanças sociais na sociedade brasileira, mas também, o mercado que configurava-se extremamente desfavorável ao sistema até então utilizado.

Com a decadência do sistema escravista, necessita-se amplamente de reposição de mão-de-obra. Beiguelman (1977, p. 34) faz uma divisão entre as regiões e define seus atributos. Assim, o Vale do Paraíba, de cultura atrasada constitui a área mais abastecida de escravos e a menos produtiva, apresentando o Oeste novo² atributos opostos, e situando-se intermediariamente o Oeste velho, no qual encontra-se o Oeste campineiro.

Representantes da lavoura em expansão buscam frente à Assembléia Legislativa alternativas para a crise da mão-de-obra e a facilitação do trabalho assalariado europeu ser inserido na grande lavoura cafeeira³. As pressões para a implantação de um outro sistema produtivo no país aumentavam cada vez mais.

O processo transitório foi bastante conturbado. As mudanças políticas que vinham ocorrendo no país⁴ tinham profundo impacto nas transformações

² Oeste novo compreende a região da Alta Mogiana.

³ Martinho Prado envia uma proposta para a criação de um imposto proibitivo para cada escravo averbado na Província.

⁴ Queda do Império e advento da República.

econômicas e sociais, principalmente no que diz respeito à transição do trabalho escravo do negro africano ao trabalho livre do imigrante europeu.

Menciona-se, anteriormente, que houve uma tentativa (fracassada) de garantir mão-de-obra barata com o trabalho semi-servil⁵ do imigrante asiático (coolies), sendo a referida imigração também custeada pelo governo⁶. No entanto, o Oeste mais novo, como expõe Beiguelman (1985, p. 23) insistia numa opção entre tipos de braços não-escravos, opondo-se tenazmente à imigração asiática e exigindo a imigração européia, introduzida em unidades familiares.

4.2. A grande imigração: a imigração em outras províncias

Antes de começar o desfecho sobre a imigração como mão-de-obra para a substituição do trabalho escravo, irá se fazer algumas considerações sobre algumas, poucas e pequenas, correntes imigratórias ocorridas no país anteriormente⁷.

Em 1824 na Província de Rio Grande de São Pedro (hoje Rio Grande do Sul) houve uma pequena corrente imigratória, sendo esta para a defesa de território. Aquela faixa geográfica sofria constantes invasões, principalmente espanholas, e para a proteção daquele território era preciso um processo de povoamento mais intenso⁸.

Como a Princesa Leopoldina, esposa de D. Pedro I era alemã, uma corrente imigratória proveniente daquele país seria menos dificultada. E além do mais a Prússia tinha um exército resistente, e o Brasil estaria escasso de soldados, pois, com a independência os soldados portugueses haviam retornado ao seu país de origem.

⁵ Irá se tratar mais adiante sobre o trabalho semi-servil atribuído ao imigrante europeu.

⁶ A resistência racial aos amarelos foi muito grande. A elite almejava o branqueamento da população brasileira através da inserção de pessoas provenientes da Europa. Para maiores informações ver Castilho (2000).

⁷ Alguns autores dividem a imigração estrangeira para o Brasil em três ciclos. Porém entendemos, que a questão da imigração no Brasil foi única, sendo os outros processos excepcionais, como veremos mais adiante.

⁸ Os açorianos controlavam parcialmente o território.

Os soldados alemães da região da Prússia vieram junto com algumas poucas famílias contratadas por Jorge Antonio Von Shäffer, preposto do império, e seriam denominados popularmente, e por alguns historiadores como “mercenários do imperador”. Segundo Müller (1999, p. 7), D. Pedro I interessou-se por mercenários alemães e provavelmente para não ser notado esse “movimento militarista”, passou a contratar também colonos que ocupariam as terras sulinas.

Na época, o governo brasileiro oferecia vários benefícios (como no período transitório do trabalho escravo para o trabalho livre do imigrante europeu), como por exemplo: passagens pagas; concessão de lotes de terras livres e desimpedidos; suprimento das primeiras necessidades; materiais de trabalho e animais; isenção de impostos por alguns anos; liberdade de culto (Muller, 1999, p. 7). Contudo, os benefícios ficariam apenas nas promessas. As terras eram longe das sedes, não tinham estradas e muito menos escolas em meio à mata intocada. Quanto à liberdade de culto, Müller (1999, p. 8) diz que o governo deveria prever que entre os imigrantes haveriam luteranos, e pela Constituição Imperial de 1824 a religião católica era oficial, portanto, a prática legal de outros credos era inconstitucional e só poderiam ser praticados em casas sem aparência exterior de templo.

A imigração alemã no sul, apesar dos esforços da Princesa Leopoldina, não foi facilitada. Müller (1999, p. 7) revela que,

A missão de Shäffer, embora exitosa, teve muitos percalços. A Europa estava impedindo que soldados saíssem como mercenários. Quem desejasse emigrar, deveria renunciar à nacionalidade e apresentar provas de que o país destinatário lhe daria nova nacionalidade. Os países europeus queriam prevenir-se contra futuras responsabilidades.

Contudo, os problemas foram contornados, e depois de apenas passarem pelo Rio de Janeiro, as primeiras famílias de imigrantes alemães chegaram a Porto Alegre em 18 de julho de 1824, sendo encaminhados para uma feitoria desativada desde 1788 à margem esquerda do Rio dos Sinos.

A imigração na Província do Paraná oficialmente teve seu início na década de 1850. O governo da Província do Paraná estava empenhado na produção do

chá, com certos incentivos do governo imperial, e para a produção alcançar êxito o governo paranaense regulamenta em 1855 a imigração na Província. O periódico paranaense *O Dezenove de Novembro* publica, em 9 de maio de 1855, a Lei nº 29/55 que regula a imigração na Província do Paraná.

QUARTA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 1855. N°6

Parte Official

GOVERNO DA PROVÍNCIA

Lei nº 29 de 21 de Março de 1855

Zacarias de Góes e Vasconcelos, Presidente da Província do Paraná.

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléia legislativa decretou, e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1º Fica o governo autorizado a promover a emigração de estrangeiros para esta província, empregando neste sentido os meios que julgar mais convenientes, e preferindo sempre attrahir os colonos e demais estrangeiros que já se acharem em qualquer da provincias do Brazil.

Art. 2º Para que tenha effeito a disposição do artigo antecedente poderá o governo despender annualmente até a quantia de 10:000\$000, alem dos reembolsos dos avanços que fizer para a passagem e alimento dos emigrantes, segundo os contractos que realisar.

Art. 3º Os colonos serão, por ora, principalmente destinados ao serviço das estradas da provincia, podendo o governo pagar, sem indemnisação alguma, a metade da passagem áquelles que nellas se empregarem por espaço de cinco annos.

Art. 4º Os colonos que se quizerem dar á agricultura, e que não tiverem meios de o fazer por sua própria conta, serão distribuidos pelos lavradores, principalmente pelos de café, chá e trigo, que se obrigarem a pagar por prestações, dentro de tres annos e sem juro algum, as despezas que com elles houver feito o governo de que prestarão fiança idonea.

Art. 5º O governo velará a que nos ajustes feitos com esses lavradores não sejam de modo algum lezados os interesses dos colonos.

Art. 6º A passagem das crianças menores de seis annos poderá ser puramente á expensas da provincia.

Art. 7º Para a boa execução desta lei e fiel cumprimento dos contractos, fará o governo regulamentos impondo penas.

Art. 8º O governo, estudando o systema de consolação mais adequado ás circunstancias da provincia, o submetterá á consideração da assembléia legislativa provincial em sua próxima reunião, com os regulamentos que houver organizado, indicando também os embaraços que se oppõe á sua execução, e propondo os meios de os obviar.

Art. 9º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir inteiramente como nella se contem. O secretario desta provincia a faça

imprimir e correr. Palacio do Governo do Paraná, em 21 de março de 1855, trigesimo quarto da independencia e do imperio.

Zacaria de Goes e Vasconcelos.

Carta de lei pela qual vossa excellencia manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial, que autores o governo a promover a emigração de estrangeiros como acima se declara.

Para V. Exc. Ver.

Simão José Henriques Deslandes a fez.

Sellada e publicada na secretaria do governo da provincia do Paraná, em 21 de março de 1855.

Augusto Frederico Colin, secretario do governo.

Registrada a f. 31 do livro 1^o das leis e resoluções da assembléa legislativa provincial. Secretaria do governo da provincia do Paraná, em 21 de março de 1855.

Simão José Henriques Deslandes.

As formas de imigração anteriores à substituição do trabalhador escravo são tidas como formas excepcionais de povoamento, apenas para ocupar regiões de valor estratégico. Como sintetiza Prado Júnior (1976, p. 183) foi o caso de alguns setores fronteiros da colônia que a metrópole desejava ver ocupados e assim defendidos contra a concorrência espanhola.

Apesar de na época algumas regiões sentirem-se atraídas pela imigração européia, o sudeste, mais precisamente o Estado de São Paulo, é que vai receber o maior contingente de imigrantes de toda história para a substituição do trabalho escravo e trabalhar na lavoura cafeeira.

Outras regiões, eram pouco desbravadas, como o norte por exemplo, ou estavam em franca decadência, como era o caso da região nordeste, e não estavam aptas a receberem trabalhadores imigrantes provenientes da Europa. São Paulo com a economia cafeeira em plena ascensão é que vai recebê-los. A imigração na região sul do Brasil é uma exceção.

4.3. A corrente imigratória para o Brasil

Começa-se analisando o fator da corrente imigratória recorrendo a Prado Júnior (1976, p. 183) que faz a introdução sobre o assunto afirmando que a questão da imigração européia do século passado está intimamente ligada à da

escravidão. São sem dúvida, como é amplamente discutido no presente trabalho, resultantes da gestação/evolução da nova burguesia nacional e das transformações do regime de trabalho no Brasil, especificamente, na província de São Paulo.

Na década de 1870 começam a se acirrar as discussões na província de São Paulo sobre a escassez de mão-de-obra. A província do Paraná já tinha em teoria regularizado a imigração em 1855⁹ para o trabalho na cultura do chá.

Contudo, em agosto de 1871, dezessete anos antes, o presidente da província de São Paulo cria a AACI (Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração)¹⁰ formado por financistas e fazendeiros. Pode-se notar através de uma observação de Holloway (1984, p. 62), em que ele destaca que a AACI tinha o propósito de facilitar aos nossos fazendeiros a "aquisição" de trabalhadores livres e a manutenção da mesma estrutura produtiva no país.

Da mesma forma que usavam o termo "aquisição" de escravos, empregava-se para definir no início do processo imigratório, como frisou Holloway (1984, p. 62) "**aquisição**" de trabalhadores livres (grifo nosso).

As leis de 30 de março de 1871 e de 26 de abril de 1872, tinham por finalidade financiar a contratação de imigrantes, onde segundo Holloway (1984, p. 62) autorizavam um apoio financeiro de até 900 contos de réis para tal fim.

Havia, assim, um interesse comum entre os latifundiários cafeicultores do Oeste Paulista¹¹ e o governo da província de São Paulo¹² em aumentar a oferta de mão-de-obra nas plantações de café, e acentuando-se cada vez mais os ideais abolicionistas, o que leva a elite cafeeira a preocupar-se cada vez mais com o problema da escassez de mão-de-obra. E para se ter uma visão definida no que refere-se a esse aspecto recorre-se à Beiguelman (1985, p. 23), que afirma que

(...) percebe-se a ineficácia da proposição corrente com respeito ao binômio abolicionismo–imigrantismo. Nela se enfatiza o estrangulamento

⁹ Lei nº 29 de 21 de março de 1855.

¹⁰ Esta instituição não obteve o sucesso almejado, tendo o programa estabelecido uma meta para 15.000 imigrantes, porém chegam apenas 480, sendo o programa estendido para cinco anos. Entraram no país 10.455 pessoas durante o período de 1875-79.

¹¹ Generaliza-se aqui por entender-se que no Oeste mais velho grande parte dos latifundiários, assim como no Oeste mais novo, eram a favor da inserção do trabalhador livre nas fazendas.

¹² O estreito relacionamento entre os latifundiários imigrantistas e o governo facilita a entrada de imigrantes no país.

na oferta de braços, impelindo a busca de uma solução – que “casualmente” teria conduzido à introdução do imigrante europeu, com as decorrentes conseqüências no âmbito da renda agrária inclusive através do usufruto das terras intercafeeiras. Ora, como vimos, a grande imigração resultou de uma opção definida nesse sentido.

Convém, a propósito, esclarecer que na sociedade brasileira já existia o trabalhador livre, porque, como resume Martins (1996, p. 12) muitos negros já haviam sido libertos por seus senhores. O autor lembra também que, com a extinção do cativo indígena no século XVII, provém uma extensa população de mestiços, definidos como bastardos, que posteriormente vieram a ser conhecidos como caboclos e caipiras, geralmente agregados de grandes fazendeiros.

Porém, este trabalho livre já existente dentro da sociedade brasileira não deve ser confundido com o trabalho livre do imigrante europeu gerado pela crise do escravismo, no qual Martins (1996, p. 12) coloca que,

O trabalho livre gerado pela crise do cativo diferia qualitativamente do trabalho livre do agregado, pois era definido por uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador. O trabalhador livre que veio substituir o escravo dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas, diferia na medida, em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho e nela se fundava a sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra. Entretanto se nesse ponto o trabalhador livre se distinguiu do trabalhador escravo, num outro a situação de ambos era igual. Refiro-me a que a modificação ocorrera para preservar a economia fundada na exportação de mercadorias tropicais, como o café, para os mercados metropolitanos, e baseada na grande propriedade fundiária.

Dessa forma, observa-se, como se expõe anteriormente, a manutenção do sistema de produção. Fundamentalmente, a estrutura produtiva mantém-se a mesma. E em um comentário, Martins (1996, p. 12) lembra o historiador Caio Prado Júnior, onde destaca que para se produzir café, como no passado se produzira açúcar, apelava-se para a imigração européia, como dantes se recorria ao tráfico africano.

Pode-se notar, então, a convergência de raciocínio entre Martins (1996) e Guimarães (1981) sobre a decadência do escravismo e a imigração. Ora, o trabalho livre proveniente da crise do cativo veio como meio de transformar as relações de produção, mas principalmente, como expõe Martins (1996, p. 13), veio para preservar a economia colonial, e conclui que preservar o padrão de

realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio. Convém, também, frisar-se que Martins foi irônico ao finalizar que tratava-se de mudar para manter.

Já Guimarães (1981, p. 95) é mais contundente ao afirmar que existia uma série de fatores contraditórios e historicamente desarmônicos, como a produtividade do trabalho escravo em declínio e o conseqüente aumento dos custos de produção, as difíceis relações de créditos, a desproporção entre as melhorias na técnica de beneficiamento e as atrasadas formas de produção, a pressão baixista dos monopólios compradores que forçavam a abertura do caminho às iniciativas para a instituição do trabalhador livre.

A convergência no raciocínio dos dois autores é a conclusão de ambos sobre a decadência do regime escravista, iniciando a grande imigração e a manutenção da estrutura do monopólio colonial e feudal da terra como meio de assegurar, como expõe Guimarães (1981, p. 95) a perenidade de seu poder extra-econômico, de seu sistema de governo.

A partir das análises dos raciocínios de Guimarães (1981) e Martins (1996), pode-se, então, delinear a corrente imigratória para o trabalho na lavoura¹³ em expansão.

Como já dito, a crise de mão-de-obra tal qual atravessava o país tinha impacto direto na produção para a exportação; no caso do Brasil, seu principal produto, o café.

As manifestações favoráveis à imigração tomam força a partir da década de 1870. Mas é na década de 1880 que a política imigratória vê-se em primeiro plano no país, com a criação de hospedarias para receber os imigrantes, e principalmente o governo concedendo subsídios diretos, como expõe Holloway (1984, p. 63), para as despesas de transporte de imigrantes que se destinavam a ocupações agrícolas, como também, a criação da Sociedade Promotora da Imigração em 1886, que Holloway (1984, p. 64) definia da seguinte forma:

A Promotora obedecia a um concerto similar ao da antiga Sociedade Auxiliadora da Colonização. Um grupo de cidadãos privados, contratados

¹³ Utilizou-se na época o termo lavoura que referia-se a agricultura, mas todos sabiam que tratava-se das plantações cafeeiras.

pelo governo provincial, administraria uma agência não lucrativa com o propósito de recrutar transportar e distribuir mão de obra imigrante. Enquanto a tentativa do início da década de 1870 foi, em geral, um fracasso a de 1886 revelou-se um empreendimento cujo dia havia chegado.

Sobre os subsídios, Holloway (1984, p. 76-77) nos mostra de forma sintetizada este processo na Tabela 14, exposta a seguir.

Tabela 14 - Receitas dos Impostos do Estado de São Paulo Comparada às Receitas dos Impostos de Exportação sobre o Café e às Despesas com a Imigração, 1892-1930¹⁴

Ano	Receita Total dos Impostos	Receita dos Impostos sobre a Exportação de Café (a)	C como % de B	Despesas do Estado com os Programas de Imigração (a)	E como % de B	E em Dólares à Taxa Corrente (b)
A	B	C	D	E	F	G
1892	36,452	26,553	73	1,507	4.1	362
1893	31,982	23,313	73	3,738	11.7	897
1894	34,592	25,561	74	1,220	3.5	244
1895	46,384	32,397	70	7,279	15.7	1,456
1896	41,840	29,599	71	4,645	11.1	836
1897	44,094	33,492	76	5,927	13.4	948
1898	37,549	26,026	69	2,739	7.3	411
1899	38,550	29,051	75	2,278	5.9	342
1900	38,270	29,282	77	1,129	3.0	215
1901	40,924	31,989	78	4,501	11.0	1,035
1902	33,003	24,918	76	2,094	6.3	503
1903	29,926	22,146	74	238	0.8	57
1904	33,215	24,817	75	668	2.0	167
1905	27,586	19,297	70	3,172	11.5	1,015
1906	34,830	26,195	75	2,610	7.5	861
1907	38,520	27,981	73	1,659	4.3	512
1908	32,414	22,190	68	2,001	6.2	620
1909	44,048	33,210	75	2,609	5.9	809
1910	30,665	17,470	57	3,096	10.1	1,022
1911	50,287	27,567	55	3,583	7.1	1,147
1912	60,405	36,665	61	5,949	9.8	1,904

¹⁴ a) Em contos de réis; b) em milhares de dólares, à taxa cambial média anual; c) não incluídos os dados de 1925, por não serem disponíveis.

1913	58,942	40,944	69	6,572	11.1	2,103
1914	48,985	34,760	71	3,277	6.7	950
1915	61,186	41,086	67	1,439	2.4	360
1916	59,036	33,538	57	1,769	3.0	407
1917	58,965	24,729	42	3,706	6.3	927
1918	52,123	18,266	35	2,526	4.8	632
1919	72,336	31,339	43	1,962	2.7	510
1920	77,423	28,181	36	3,492	4.5	733
1921	82,285	28,266	35	7,908	9.6	1,028
1922	89,629	29,248	33	5,787	6.5	752
1923	124,342	43,276	35	8,978	7.2	898
1924	141,965	52,544	37	16,966	12.0	1,866
1925	233,174	---	---	16,344	7.0	1,961
1926	235,611	128,232	54	15,407	6.5	2,157
1927	275,642	147,964	54	7,028	2.5	843
1928	273,105	119,352	44	2,639	1.0	317
1929	298,478	145,457	49	4,000	0.7	480
1930	255,625	132,550	52	---	---	---
Total	3,304,988	1,650,151(c)	50	172,442	5.2	32,287

Fonte: Coluna B: SP, Departamento Estadual de Estatística apud Holloway (1984).

Coluna C: SP, Secretaria da Fazenda apud Holloway (1984).

Coluna E: Boletim do Departamento do Trabalhador Agrícola apud Holloway (1984).

Percebe-se, através da Tabela 14 que no ano de 1895 houve um maior percentual aplicado nos programas de imigração. Holloway (1984, p. 75) analisa de forma clara os gastos do governo com a imigração dizendo que na primeira década do regime republicano foram gastos em média 9% dos rendimentos fiscais. Nos anos posteriores houve oscilações nos gastos, com uma média acima de 5% durante o período de 1892-1930.

Ainda sobre os gastos estatais para promover a imigração Holloway (1984, p. 75) observa que nos últimos anos do império, nos anos de 1883-84 à 1891 foram gastos 10.102 contos de réis com a imigração, cerca de US\$ 4.507.400 (quatro milhões, quinhentos e sete mil e quatrocentos dólares) pela taxa de câmbio corrente. E somando-se este valor aos gastos com a imigração nas primeiras quatro décadas de governo republicano Holloway (1984, p. 78) constata que, desde o início de promover ativamente a imigração até 1930, somente o

governo de São Paulo despendeu o equivalente a cerca de US\$ 37.000.000 (trinta e sete milhões de dólares).

Apesar de várias objeções de países exportadores de mão-de-obra, como Alemanha, Itália, dentre outros, principalmente pela forma tal qual era explorado o trabalho e as condições subumanas a que eram submetidos os emigrados no Brasil, o período que compreende 1891-97, segundo Beiguelman (1985, p. 38) representa a fase áurea da imigração, principalmente a italiana.

Tabela 15 : Imigrantes ingressantes em São Paulo – 1887 à 1897

IMIGRANTES ENTRADOS EM SÃO PAULO		
Ano	Total	Italianos
1887	32.110	27.000
1888	92.086	80.749
1889	27.694	19.925
1890	38.291	20.991
1891	108.688	84.486
1892	42.061	---
1893	81.745	---
1894	48.497	---
1895	139.998	105.526
1896	99.010	---
1897	98.134	---

Fonte: Boletim do Departamento Estadual do Trabalho *apud* Beiguelman (1977).
Revista de Imigração e Colonização *apud* Beiguelman (1977).

A Tabela 15 exposta por Beiguelman mostra a supremacia da mão-de-obra do imigrante italiano na agricultura brasileira, não por preferências do governo brasileiro, mas sim pelas mudanças que vinham ocorrendo na Itália, principalmente pela crescente industrialização e a falta de emprego no campo.

Martins (1990, p. 71) lembra Zuleika Alvin na obra *Brava Gente! Os Italianos em São Paulo*, uma coleção de músicas de imigrantes, a canção *Itália bella, mostrati gentile*, na qual nos mostra algumas das razões que levavam o emigrado a abandonar o seu país.

Itália bela, mostre-se gentil
E os filhos seus não a abandonarão,
Senão, vão todos para o Brasil,

E não se lembrarão de retornar.
Aqui mesmo ter-se-ia no que trabalhar
Sem ser preciso para a América emigrar.

O século presente já nos deixa,
O mil e novecentos se aproxima.
A fome está estampada em nossa cara
E para curá-la remédio não há.
A todo momento se ouve dizer:
Eu vou lá, onde existe a colheita do café.

Martins (1990, p. 71) serve de apoio ao argumento, afirmando que a emigração se deu pelas lutas políticas do processo de unificação da Itália e pela crescente penetração capitalista no campo e conseqüente expulsão do trabalhador rural.

Embora a imigração não se restringisse apenas a italianos – observa-se o ingresso de um pequeno contingente de imigrantes provenientes da Suíça, Alemanha e Portugal na colônia de Ibicaba em São Paulo, além de espanhóis, japoneses dentre outros - foi da Itália o maior contingente de emigrados para o Brasil, especificamente para o trabalho na lavoura cafeeira, como mostrou anteriormente a Tabela 15.

Assim, serão os italianos que terão um papel fundamental no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil. Serão eles que terão participação ativa na expansão da empresa que voltaria a alavancar a economia nacional. Porém, serão eles que em sua maioria experimentarão, não nas mesmas circunstâncias, os maus tratos aos quais eram expostos os trabalhadores anteriores a eles, os escravos.

4.4. Imigrantes para substituir o escravo

Mesmo antes do slogan “Braços para a lavoura”, da política pró-imigração por volta da década de 1870, o país já experimentava algumas poucas (fracas) correntes imigratórias para trabalhar nas plantações de café no Estado de São Paulo.

Ao que se tem registro, um grande latifundiário do setor cafeeiro e de renome na política nacional, o Senador Nicolau de Campos Vergueiro, introduz

em sua fazenda em Ibicaba entre os anos de 1847 e 1857, como relata Prado Júnior (1976, p. 186) 177 famílias de alemães, suíços, portugueses e belgas, sendo o exemplo utilizado por outros latifundiários de café na província de São Paulo em menor escala.

Na década de 1830 houve uma tentativa por parte do Governo Imperial para um processo de inserção do trabalhador imigrante no país pelos contratos de serviços estrangeiros, porém com pouca adesão por parte dos latifundiários que ainda exploravam o trabalho escravo.

As políticas de povoamento nas colônias são reativadas. A organização dentro das colônias é feita segundo o sistema tradicional, que segundo Prado Júnior (1976, p. 186) consistia em atribuir aos colonos pequenos lotes de terras agrupados em núcleos autônomos. Porém, aparece um novo tipo de colonização, o sistema de parceria, que Prado Júnior (1976, p. 186) define da seguinte forma:

(...) fixação dos colonos nas próprias fazendas e grandes lavouras trabalhando como subordinados e num regime de parceria. Este tipo de colonização representa uma transição do sistema primitivo o que resulta na formação de pequenos proprietários e camponeses independentes, para aquele que se adotará mais tarde quase exclusivamente; a colonização por assalariados puros.

Lamounier (1988, p. 33) define o sistema de parceria simplificada como a remuneração baseada numa parcela do valor da produção. Também foi, em primeiro momento, oferecido aos imigrantes pela empresa do Senador Vergueiro, a Vergueiro & Cia., uma outra modalidade de contrato, a locação de serviço propriamente dita, no qual Lamounier (1988, p. 33) explica que a remuneração dos trabalhadores baseava-se numa quantia fixa, ajustada anualmente, por quantidade de café colhido e entregue. Utilizou-se, no entanto, o sistema de parceria¹⁵.

Faz-se menção, anteriormente sobre o trabalho semi-servil tal qual foi exposto o imigrante europeu. E não há melhor momento de discuti-lo quando das

¹⁵ Lamounier em seu texto cita: “mas eles teriam feito a opção por esta última”. Ela refere-se a atribuição do sistema de parceria na economia agrária brasileira, porém, deixa vago o termo “eles”, deixando perceber que quem teria feito a opção pelo sistema atribuído era os trabalhadores imigrantes, onde na verdade eles não tinham escolhas, senão aceitar o modelo tal qual era imposto.

observações sobre o sistema de parceria. E pode-se afirmar com uma certa convicção de que dentro do sistema de parceria estaria inserido o trabalho semi-servil do trabalhador imigrante europeu.

Lamounier (1988), apesar de retratar esta transição do trabalho escravo ao trabalho livre, enfoca sua obra sobre outros aspectos históricos. Desse modo, buscar-se-á respostas às questões ligadas às transformações econômicas e sociais que o país atravessava na época. E tanto Guimarães (1981), quanto outros como Martins (1996) fornecem ferramentas para a análise dos fatos e buscar compreender os aspectos da formação de uma nova classe burguesa e uma categoria que surgia, os operários agrícolas.

Assim, os fatos históricos induzem a discordar de uma das crônicas publicadas pelo jornal paulista “Folha da Manhã”, em circulação da década de 1930, e retratadas em uma coletânea publicadas pelo mesmo jornal, sobre o trabalhador imigrante e o sistema de parceria:

As modificações havidas em consequencia da abolição da escravatura não contribuíram para alterar a maneira de proceder dos fazendeiros que apenas procuraram obter os recursos para o chamado “custeio”. Esses mesmos vieram por assim dizer sem que fosse preciso grande somma de esforços, conforme constatamos em nossa chronica precedente.

Nem seria possivel mesmo que os proprietarios passassem de um para outro regime, bruscamente, alterando velhos methodos, mormente em epoca em que o espirito conservador era mais accentuado. E, mais ainda por uma razão de ordem absolutamente material, qual seja a dos preços compensadores então existente e sempre estimulados pelo commercio importador desejoso naturalmente de poder dispor de todas as quantidades exigidas pelo consumo.

Como se verifica, tudo isso é uma sequencia natural de factos contra os quaes nada seria então possivel oppôr, nem mesmo motivos havia para que tal acontecesse.

Nossa preocupação não é a de fazer critica, porém a de analysar, procurando encontrar elementos que nos permitam esboçar nórmas que, inspiradas nos acontecimentos havidos em mais de quarenta annos, possam servir como directrizes futuras, buscando assim soluções normaes adequadas mórmente á epoca em que vivemos. Dizemos mui propositadamente, soluções que possam ser adoptadas como medidas de emergencia, unicamente capazes de resolver situações criticas mas, infelizmente, sempre á custa de enormes e heroicos sacrificios da lavoura.

Por isso mesmo, julgamos que a situação dos colonos poderia perfeitamente ser gradativamente modificada no sentido de tornal-o mais directamente interessado na producção. Esse problema já tem adaptado a varias especies de actividades e se applica sem a menor difficuldade

aos trabalhos da lavoura mórmente em se tratando de um producto como café.

Observe-se ainda que além dos beneficios directos que advirão para os proprietarios, há ainda o das vantagens immediatas para os proprios colonos que, sómente por esse processo, passariam a trabalhar mais racionalmente, isto é, mais interessado do trato e na preparação do producto, seja ainda na conservação na melhoria de tudo que diga respeito ao desenvolvimento material da propriedade agricola. Nenhum fazendeiro ignora que nada disso existe na pratica e que tambem a vida do colono não póde ser melhorada nas condições actuaes, com os methodos óra em voga.

Um processo intelligente de associação corrigiria facilmente todas essas difficuldades, dando um melhor "standard" de vida ao colono, um maior bem estar ao fazendeiro, maiores elementos para o progresso local.

Estamos certos de que se o colono fosse directamente interessado na producção, teriamos conseguido evitar, sem esforços, nem sacrificios, que o producto tivesse deixado as fazendas tão cheio de impurezas, tão impropriamente preparado para o commercio como aconteceu por largo espaço de tempo.

Reside incontestavelmente na parceria agricola a situação para corrigir as falhas que se vêem notando no trabalho das fazendas.

Esse systema de parceria resolverá, sem duvida alguma, mesmo porque elle é humano, é logico, é racional, - uma primeira parte do que precisamos resolver quanto aos trabalhos de cooperação mais complexos que pouco a pouco se desenvolverão.

Em São Paulo, um passo gigantesco já foi dado nesse sentido. Existe um Departamento especializado ao qual referiremos em detalhe um pouco mais tarde. A tendencia para o desenvolvimento das cooperativas vae ganhando terreno entre nós. É entretanto necessario que a lavoura preste desde já um concurso pratico á acção official, facilitando o estabelecimento dos trabalhos de parceria nas suas fazendas, por processos que preconizaremos em outra chronica. Isso será realizar na verdade uma politica de trabalho, intelligente, util, proveitosa e digna do maior respeito e do maior acatamento.

D'ahi resultarão os beneficios directos e immediatos que tão necessarios se tornam a cada um de per si e a nós collectivamente. – F.

Como pode-se observar, o cronista chama a atenção para o fato de que a abolição da escravatura não mudou a forma de agir dos fazendeiros, que continuavam submetendo os trabalhadores a formas vis de vida. Destaca que a modificação das condições de vida dos colonos imigrantes poderia torná-los mais interessados na produção revertendo em benefícios diretos para fazendeiros e colonos.

Conclui destacando que a parceria seria um importante instrumento que poderia alavancar a economia nacional. E sobre o sistema de parceria - para confrontar-se com o discurso da crônica acima - foram de grande valia as análises feita por Guimarães (1981, p. 95), que coloca que:

A esse tipo de contrato, que de nenhum modo se pode identificar com o trabalho livre, viriam associar-se outras formas de transição para o salariado, sem que deixasse o latifúndio de conservar seu caráter essencial e seu tradicional poder de coação sobre os trabalhadores nele engajados.

Esse sistema de parceria, era altamente rentável para o latifundiário. Os parceiros, segundo Holloway (1984, p. 112), estavam longe de ter igualdade de condições.

As famílias que emigravam da Europa para o Brasil tinham os seus custos pagos pelos fazendeiros, tinham um adiantamento suficiente para sustentarem-se quando aqui chegaram, até que, como sintetiza Holloway (1984, p. 112), eles (imigrantes) pudessem colher alimentos nos lotes de terra que lhes cabiam no território da fazenda. Em razão disso, contraíam pesadas dívidas com o fazendeiro, pois o trabalhador imigrado deveria reembolsar o fazendeiro por todas as despesas, e sobre a quantia não saldada incidiam altas taxas de juros. Ora, o trabalhador imigrante recém-chegado não tinha outra escolha senão aceitar, mesmo que contra a vontade própria, o sistema adotado pelos latifundiários. Seriam, assim, prisioneiros das suas dívidas, sendo obrigados a trabalhar como “parceiros” do latifundiário, que segundo Holloway (1984, p. 112), colocava cada migrante na seguinte situação:

A cada imigrante era destinado um certo bloco de cafeeiros para cultivar, e ele não tinha escolha senão passar a produção para o dono da terra, após a colheita. O trabalhador devia receber metade do lucro líquido da venda final do café colhido dos pés que cuidava. O fazendeiro também destinava a cada família uma casa, pela qual às vezes cobrava um pequeno aluguel, e uma área para a agricultura de subsistência e criação de alguns animais domésticos. O dono da terra devia receber metade da produção dessas parcelas que excedesse às necessidades de subsistência do trabalhador.

Os parceiros viviam em condições subumanas. Sob esse sistema levariam vários anos para liquidar as dívidas contraídas junto aos fazendeiros. O imigrante era obrigado a comprar sua própria liberdade. Segundo Holloway (1984, p. 112), a renda monetária do trabalhador dependia da produtividade dos pés de café sob seus cuidados e dos preços do café no mercado. Para ele, conclui o autor, uma

geada violenta ou baixa no mercado mundial de café não significavam apenas lucros menores ou uma perda de investimentos, como no caso dos latifundiários, mas eram uma ameaça ao seu meio de vida.

Embora o trabalho escravo aos poucos fosse se extinguindo, como colocava-se anteriormente, o modelo que os latifundiários gostariam de implantar no Brasil era nada menos do que uma seqüência do regime em decadência, ou seja, um escravismo disfarçado. Vê-se isso a partir do momento em que o “ser” imigrante sujeita-se ao capital do fazendeiro. Um outro aspecto que pode ser considerado no início da imigração, dentro do sistema de parceria é, como expõe Holloway (1984, p. 113), a violência física e a subjugação psicológica que mantinham no sistema escravista era também utilizado no início da imigração. Segundo o autor, houve registros de castigo corporal de parceiros imigrantes, e era comum um paternalismo opressivo – os fazendeiros chegavam mesmo a se imiscuírem nos assuntos domésticos e privados do trabalhador.

A partir do exposto, pode-se afirmar que o trabalhador imigrante em dado momento está distante do trabalhador escravo, porém, em outro momento está tão próximo. Como lembra muito bem Guimarães (1981, p. 97), Thomas Davatz, um dos primeiros colonos suíços contratados, afirma que “o solo é de propriedade de patrão, e os moradores também o são de certo modo: os fatos mencionados além de muitos outros, põem isso em evidência.”

Guimarães (1981, p. 98), em uma outra oportunidade, mostra claramente a aproximação do trabalhador imigrante e o trabalhador escravo no sistema de parceria, dizendo que na cláusula 10ª do modelo de contrato a que se submetia o imigrante, facultava ao Senador Vergueiro “transferir” as obrigações contratuais a outro fazendeiro “desde que o dito colono não tenha nenhum motivo justo ou fundado para recusar essa transferência.” Ou seja, concluindo o raciocínio de Guimarães, o trabalhador imigrante/parceiro/colono transforma-se em uma mercadoria, ou “peça” como definira o autor, assim como eram os escravos.

Então, Guimarães (1981, p. 98), finaliza brilhantemente dizendo que o trabalhador imigrante podia ser “transferido” ou “vendido” a outro fazendeiro, desde que não tivesse motivos justos para a recusa.

Definitivamente, o sistema de parceria inaugurado por Vergueiro na década de 1840 foi, sem dúvida, a mola propulsora para a tomada de trabalho assalariado no Brasil. Apesar de não ter nenhuma relação com o sistema de parceria instituído na Europa tempos atrás, que Guimarães (1981, p. 98-99), lembrando Marx que definia como o verdadeiro sistema de parceria e assim o descrevia:

A parceria, ou sistema de exploração com partilha do produto, pode ser considerado como uma forma primitiva de renda e a renda capitalista; o explorador (parceiro) emprega, além de seu trabalho (próprio ou alheio), uma parte do capital aplicado, e o proprietário, além do terreno, fornece a outra parte do capital (por exemplo, o gado); o produto é repartido entre o parceiro e o proprietário em proporções determinadas que variam segundo os países. Para uma exploração inteiramente capitalista, falta ao parceiro, nesse caso, capital suficiente. A participação que cabe ao proprietário não constitui uma forma pura de renda. Pode conter os juros do capital por êle adiantado, assim como uma renda excedente. Pode também absorver todo o sobretabalho do parceiro ou deixar a êste uma parte mais ou menos importante. O essencial, porém, é que a renda não aparece mais aqui como a forma normal da mais-valia. Por um lado, o parceiro, seja com o trabalho próprio ou alheio, pode pretender uma parte do produto não na qualidade de trabalhador, mas de possuidor de uma parcela dos instrumentos de trabalho, por ser êle seu próprio capitalista. Por outro lado, o proprietário da terra pode pretender a sua parte, não somente por ser o dono do terreno, mas por ser fornecedor de capital.

Nada tem de comum o sistema de parceria utilizado na Europa com o utilizado no Brasil. O sistema aqui utilizado teria sido, em sua essência, muito mais severo. Seu grau de exploração ao trabalho humano, foi sem dúvida muito maior. Dessa forma, pode-se concluir que a imigração européia não veio construir um novo Brasil, como os próprios imigrantes almejavam, mas sim, “escorar as estruturas” do velho sistema econômico baseado no latifúndio e na exploração do trabalho.

5. O TRABALHO IMIGRANTE SOB A ÓTICA MARXISTA

5.1. A exploração do trabalho imigrante à luz do materialismo histórico-dialético

O sistema de parceria, foi inegavelmente a ligação entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado livre. Considera-se que dentro dele, foi extraído o maior extrato de exploração do trabalho humano na economia brasileira. O sistema de parceria utilizado no interior da economia cafeeira foi, indubitavelmente, a forma encontrada para manter o *status quo* escravista na economia agrária nacional.

Apesar de anteriormente não mencionar-se o sistema de produção atribuído na economia agrária brasileira, podemos afirmar que posteriormente ao sistema de parceria poder-se-ia caracterizar o modo de produção que começava a vigorar como plenamente capitalista. Ora, os sistemas posteriores ao de parceria inseridos na economia brasileira já tinham caráter monetário. A exploração expressava-se no início da produção da mercadoria.

Marx (1984, p. 261) analisa o processo supondo tipos de acumulações distintas, são elas: acumulação primitiva e acumulação capitalista, que assim as definia:

Viu-se como dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzida a mais-valia e da mais-valia mais capital. A acumulação do capital, porém, pressupõe a mais-valia, a mais-valia a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos sair supondo uma acumulação "primitiva" (previous accumulation em A. Smith), precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida.

Chama-se a atenção para o período do sistema de parceria em que foi inserido o trabalhador imigrante por considerar-se que nas décadas de 1920-30, com o sistema assalariado começando a vigorar no país, algumas dezenas de imigrantes aproveitando os canais de imigração criados pelo governo fugiam da

crise política que atravessava a Itália, e com eles traziam vultosos estoques de capitais, como foi o caso de Giovanni Briccola, construindo um pequeno império bancário e sendo a primeira fortuna italiana de São Paulo, estando também muitos outros em destaque, como o Conde Francisco Matarazzo.

E analisando o sistema de parceria, pode-se perceber que este tipo de sistema utilizado no Brasil, não foi utilizado em nenhuma parte do mundo, dentro de nenhuma sociedade, ao que se tem registro. Como coloca-se anteriormente, o sistema de parceria diferia qualitativamente do sistema de parceria até então conhecido e analisado por Marx.

No sistema de parceria “tupiniquim” no momento em que não se enquadra em nenhum dos tipos de acumulação descrita por Marx, em outro dado momento enquadra-se nas duas. O sistema de parceria no Brasil foi o fio condutor de uma para a outra.

No sistema de parceria, utilizado primeiramente na colônia de Ibicaba pelo Senador Vergueiro, houve uma “sobreexploração” do trabalhador imigrante. Ora, ao mesmo tempo em que era tratado como escravo, também o era como operário agrícola.

Pois bem, é primária a conclusão de que o processo de mutação nas economias periféricas foi diferente das economias centrais, principalmente na agricultura. Amin & Vergapoulos (1986, p. 21) definem o fenômeno que se desenvolvia na Europa da seguinte forma:

Sabe-se que uma “revolução agrícola” precedeu, na Europa, a “revolução industrial”. Sabe-se, também, que entre o fim da Idade Média “feudal” e a revolução industrial situam-se três séculos de transição difíceis de qualificar, de tal forma as relações sociais e econômicas tornam-se complexas.

Enquanto a Europa vivia um processo de transição/transformação o Brasil ainda estava vivendo o período da acumulação primitiva. Na Europa as relações de produção capitalista começavam a penetrar no campo, mas limitadamente, principalmente pelas resistências dos senhores feudais. Concomitante, novas atividades vão surgindo, como a indústria urbana, que segundo Amin & Vergapoulos (1986, p. 21) assumem forma definitiva e posteriormente abandonam

a agricultura. E conclui que este movimento oscilante caracteriza a história das relações do capitalismo com a agricultura nas formações capitalistas centrais.

É verdade que o processo de industrialização urbana na Europa facilitava a circulação de mercadorias tropicais no Velho Mundo, mas isso deixaria um estigma de atraso nas economias periféricas.

Enquanto a Europa vê-se em pleno século XV sofrendo mudanças na agricultura, com a desintegração das relações de produção feudal e sua conseqüente mercantilização¹⁶, o Brasil ainda sentia os impactos do descobrimento e posteriormente, como frisamos no início, volta a roda da história, instituindo aqui um sistema que havia desaparecido na Europa desde o século XV. O que vinha ocorrendo na Europa durante o período que compreende o século XV ao século XIX, começa a ocorrer no Brasil apenas no início do século XX, acontecendo o que muitos autores chamaram como “o capitalismo tardio”.

Enquanto na Europa, segundo Amin & Vergapoulos (1986, p. 22) o direito de acesso dos camponeses à terra é garantido no modo feudal, no Brasil é completamente o inverso, principalmente com a promulgação da Lei de Terras em 1850¹⁷, que garante a manutenção dos grandes latifúndios nas terras brasileiras.

Assim, tanto os escravos libertos, quanto os imigrantes europeus não tinham outra opção senão vender a única “coisa” que lhes restava, a sua força de trabalho, onde eles se vêem, segundo Marx (2001, p. 68) diminuídos espiritual e fisicamente à condição de uma máquina e de ser humano em simples atividade abstrata.

Segundo Marx (2001, p. 77) a economia política analisa o trabalho abstratamente como uma coisa. O trabalho pode ser, sem dúvida caracterizado como uma mercadoria. E Marx (2001, p. 77) no primeiro manuscrito afirma que,

(...) se o preço é elevado, a procura é grande, e se o preço é baixo a oferta é grande. Como acontece com as outras mercadorias. O preço do trabalho deve diminuir; é em parte a concorrência entre os próprios trabalhadores que provoca esta descida. “A população trabalhadora, que

¹⁶ Esses fenômenos acontecem em etapas que perduram até o século XIX.

¹⁷ Lei nº601, tinha como principais objetivos proibir a aquisição de terras que não fosse pela compra; aumentar o preço da terra para impedir o acesso a ela por parte dos trabalhadores rurais; segundo Sandroni (1994, p. 191) o principal objetivo da Lei de Terras era impedir o livre acesso dos trabalhadores à terra diante da evidência da falência do escravismo.

vende seu trabalho, fica reduzida à menor parte do produto... Será a teoria do trabalho como mercadoria diferente de uma teoria disfarçada da servidão?”.

Ora, o trabalhador imigrante e sua mão de obra foi uma mercadoria. A “coisificação”, como denota Marx, expressa-se na sua força de trabalho. Porém, no Brasil, o fenômeno de inserção da mão de obra imigrante na empresa agrária brasileira foi diferente, um fenômeno caracteristicamente novo. Pois, ao mesmo tempo em que estava inserido entre a servidão e o assalariado, também o estava dentro de ambas; a partir daí tiramos nossas conclusões da “sobreexploração” do trabalho do “ser” imigrante na economia cafeeira.

Dessa forma, os constantes conflitos entre imigrantes e latifundiários por melhores condições de trabalho, de vida, entre outros, são uniformes. Assim como descreveu Marx (2001, p. 45) que,

A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta.

A base econômica brasileira estava em mutação. A elite agrária brasileira, mais precisamente a elite cafeeira, juntamente com o Estado nacional, concomitante, vão sofrendo certas mudanças, é claro que com menor intensidade, pois segundo Marx (1999, p. 52) com a transformação da base econômica toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez.

A sociedade pré-capitalista brasileira estava em plena evolução. A escravatura em extinção, o sistema de parceria abrindo caminhos ao trabalho assalariado são sinais destas mudanças. A burguesia, que antes vivia às sombras do escravismo, não existe mais. Como expõe Marx (2001, p. 48): tudo que é sólido e estável volatiliza, dando lugar a uma nova burguesia, gerada no seio mesmo da velha sociedade.

Analisando as transformações na sociedade brasileira sob a ótica do materialismo histórico-dialético percebe-se que não existe princípio eterno, e segundo Aron (1999, p. 159) as concepções humanas e morais se transformam de época para época. Ora, a sociedade brasileira e sua base econômica estavam em plena transformação. A evolução social econômica, apesar de tardiamente, começava a tomar forma. Assim Aron (1999, p. 159) diz que o pensamento dialético afirma que a lei do real é a lei da transformação. Existe uma transformação incessante tanto na natureza inorgânica como no universo dos homens. Ou seja, a sociedade brasileira passava por um período de transformação, um novo modo de produção e uma nova burguesia começavam a superar a velha em declínio.

E Aron (1999, p. 159) explica que dentro da concepção do materialismo histórico-dialético essas mudanças se operam de acordo com determinadas leis abstratas. As mudanças quantitativas a partir de um certo ponto se tornam mudanças qualitativas.

Assim, as novas relações nascentes na sociedade brasileira vem a confirmar o raciocínio de Marx (1999, p. 52) onde ele afirma que:

(...) na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual.

Ou seja, muito embora as forças produtivas tenham se transformado e com isso transformado a face do país, as relações de produção conservadoras continuam pautando a vida cotidiana do país.

6. CONCLUSÃO

Ao analisar o processo histórico, social e econômico que envolveu a introdução do trabalho imigrante no Brasil tornou-se de fundamental importância estabelecer correlações com fatos e acontecimentos anteriores. Isso implicou numa análise ampla do processo de evolução da sociedade brasileira baseada na economia agrária cafeeira que possibilitou a acumulação de capital e conseqüentemente o desenvolvimento da economia capitalista no Brasil.

Ao apoiar este trabalho na hipótese formulada por GUIMARÃES (1981)¹⁸ que defende a ocorrência de uma transição feudal no Brasil, buscou-se discutir alguns aspectos das bruscas transformações pelas quais passou a economia do Brasil, fortemente influenciada pelas pressões internacionais. Isto significa dizer que o capital oriundo da economia mercantil foi fundamental para a transformação da economia brasileira, muito embora num primeiro momento não tenha usufruído a mesma posição influente que tivera nos países europeus, desempenhou importante papel durante o período colonial. Sem dúvida, o capital comercial teve papel importante na colonização do Brasil, porém, não pode colocar-se em posição dominante como ocorrera em Portugal.

Assim, pode-se afirmar que o sistema econômico, político e social brasileiro apesar de passar por bruscas transformações manteve uma estrutura arcaica, ou seja, tais transformações não implicaram em modernização. Enquanto na Europa a servidão evoluía para o trabalho livre, no Brasil introduzia-se o trabalho escravo, inicialmente indígena e posteriormente o trabalho negro. O que levou os portugueses a desistirem da escravização do indígena e optarem pela escravização do negro africano foram razões de ordem pura e estritamente econômica e comercial, uma vez que o escravo era uma mercadoria externa à colônia comercializada por um mercador metropolitano a preços de monopólio.

Conseqüentemente, a dependência da economia brasileira do trabalho escravo gerou uma situação que reforçava os laços de dependência da economia brasileira à economia européia.

¹⁸. GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Com a crise da oferta da mão-de-obra escrava provocada pelas restrições ao tráfico e a conseqüente escassez da mesma, assistimos a um amplo remodelamento da economia de acordo com os moldes internacionais.

Recorreu-se, então, a mão-de-obra do imigrante europeu. Por alguns países passarem por crises de emprego, más condições de vida entre outros, principalmente os italianos, vários trabalhadores emigravam para o Brasil sem saber que seriam aqui submetidos a condições subumanas de trabalho, vivendo em uma semi-servidão, tendo que com seu suor e sua força de trabalho comprar a própria liberdade.

Neste trabalho faz-se uma descrição da economia agrária brasileira e suas características, para, posteriormente, analisar o fenômeno da exploração do trabalhador europeu dentro do sistema de parceria no interior da economia agrária cafeeira. Nesta análise procura-se avaliar o sistema de parceria como o fio condutor do trabalho escravo para o trabalho assalariado livre. Para tal, observa-se as relações de produção no campo no período que compreende o final do século XIX e início do século XX e as transformações que nele ocorreram.

Porém, apesar das forças produtivas passarem por profundas transformações, as relações de produção, em essência, continuaram as mesmas. Ora, como foi mencionado anteriormente, o sistema de parceria em que foi inserido o trabalhador imigrante europeu foi uma maneira de manutenção do *status quo* escravista na economia agrária brasileira, muito embora houvesse pressões internacionais sobre o Brasil pelo fim da escravatura.

Nesse sentido, cabe observar que o resultado a que se chega é que as transformações ocorridas desde aquela época e posteriores não chegaram a afetar profundamente a estrutura agrária brasileira. O monopólio da terra no Brasil ainda é algo concreto nos dias atuais e os trabalhadores continuam não tendo acesso a ela. O Brasil de hoje ainda carrega o Brasil de ontem.

BIBLIOGRAFIA

AMED, José Fernando; NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. **História dos tributos no Brasil**. São Paulo: Edições Sinafresp, 2000.

AMIN, Samir; VERGAPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. São Paulo: Pioneira, 1977.

CASTILHO, Marilena dos Santos Ferreira de. **Imigração chinesa para o Brasil no século XIX: o discurso parlamentar**. 2000. Dissertação (Mestrado em história). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP – Campus de Assis.

CASTRO, Antonio Barros de; *(et al.)*. **Trabalho escravo, economia e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FOLHA DA MANHÃ. **O café: collectanea das chronicas publicadas na secção commercial da <<FOLHA DA MANHÃ>> 30-12-34 à 10-03-35**. São Paulo: Imprensa Official, 1935.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 29 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

GOMES, A. A. Considerações sobre pesquisa científica: em busca de caminhos... **Intertemas**, Presidente Prudente, Ano 3, n. 5, p. 61-68, nov. 2001.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUNT, E.K. **História do pensamento econômico.** 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879.** Campinas: Papyrus, 1988.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Imperial.** 5 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINS, Alexandre Lyra. **Fundamentos de economia política marxista.** João Pessoa: Imprell, 1998.

MARTINS, Ana Luiza. **Império do café: a grande lavoura no Brasil, 1850 à 1890.** São Paulo: Atual, 1990. (História em documentos)

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **Manuscritos econômico – filosófico.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **O Capital.** Vol. 1 – Tomo 2 São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **Trabalho assalariado e capital.** 4. ed. São Paulo: Global, 1987.

_____. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Nova Cultura, 1999.

MÜLLER, Telmo Lauro. **1824 antes e depois: o Rio Grande do Sul e a imigração alemã.** Nova Petrópolis: Amstad, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **A escravidão negra no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1993.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria; (org.). **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.

REZENDE FILHO, Cyro. **História econômica geral**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1995.

ROIO, José Luiz Del. **Trabalhadores no Brasil: imigração e industrialização**. São Paulo: Ícone, 1990.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. 8 ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

SKIDMORE, Thomas. **Uma história do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.